

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VINÍCIUS DA COSTA AGOSTINHO

**ANÁLISE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA REDE CAIÇARA DE
TURISMO COMUNITÁRIO, EM PARANAGUÁ-PR.**

CURITIBA

2017

VINÍCIUS DA COSTA AGOSTINHO

**ANÁLISE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA DA REDE CAIÇARA DE
TURISMO COMUNITÁRIO, EM PARANAGUÁ-PR.**

Projeto de Planejamento e Gestão do Turismo
apresentado ao Curso de Turismo da Universidade
Federal do Paraná como requisito à obtenção do
título de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Leticia Bartoszeck
Nitsche

CURITIBA

2017

**Dedico esse estudo à Rede Caiçara. Que vocês o utilizem para
alcançarem o que almejam.**

AGRADECIMENTOS

À minha família por me apoiar desde o início do curso e me dar suporte com as dificuldades no final.

À minha orientadora, Profa. Dra. Letícia Bartoszeck Nitsche, por me direcionar e auxiliar em todas as etapas. Obrigado pela ajuda, tranquilidade, compreensão e por me inspirar à evoluir.

Aos professores que participaram desses quatro anos de curso e aos que me fizeram evoluir como ser humano: Márcia Shizue Massukado Nakatani, Bruno Martins Augusto Gomes, José Manoel Gândara, Vander Valduga.

Aos meus amigos de curso. Parabéns aos que concluíram todas as etapas.

Aos meus amigos que me apoiaram de alguma forma durante o ano.

Ao Roberto que permitiu que eu fizesse o trabalho em meus horários livres no trabalho e suportou a minha ausência em dias adversos.

À UFPR pela experiência intensa desses quatro anos.

À vida e a Deus por me permitir ter chegado até aqui.

*Eu quero morar numa casinha feita à mão
Numa floresta onde eu possa plantar o que eu quiser
E andar de pé no chão.
Com o cuidado do facão, apagar a ilusão
De que o que é bom é o que produz demais...*

(Nanan)

RESUMO

Como medida para compensar o impacto ambiental da obra de ampliação do Cais Leste do porto, o Terminal de Contêineres de Paranaguá desenvolveu projetos participativos com as comunidades locais com o objetivo de oferecer à estas novas fontes de renda. O desenvolvimento do turismo de base comunitária foi contemplado em um desses projetos, e o resultado foi a criação da Rede Caiçara de Turismo Comunitário. Buscando contribuir com a rede, o objetivo desse estudo foi analisar a gestão do turismo feita por ela. O procedimento escolhido foi o de pesquisa participante e os métodos para coletar dados foram os de observação assistemática e entrevista semi-estruturada. Os instrumentos consistiram no roteiro de observação e no formulário de entrevista. Os resultados apontaram dificuldades na operacionalização dos roteiros e na organização das comunidades, debilitada pelo comprometimento de alguns membros e pela inexistência de sinal de telefonia, a falta de reunião intercomunitária, dificuldades na gestão ocasionadas pela falta de conhecimento da dinâmica turística, dentre outros. À partir disso, essa pesquisa contribuiu com a elaboração de um projeto para a inventariação turística da rede. O processo consiste em oito oficinas mediadas por um turismólogo que buscam listar coletivamente os atrativos locais, a infraestrutura turística, os recursos humanos disponíveis e a caracterização do turista de base comunitária. Por fim, a rede poderá usar o documento para aprimorar a operacionalização de seus serviços e desenvolver um planejamento estratégico integrado com as comunidades.

Palavras-Chave: Caiçara. Turismo de Base Comunitária. Turista Comunitário. Rede Caiçara de Turismo Comunitário. Paranaguá, Paraná.

ABSTRACT

To compensate the environmental impact induced by the expansion of the Eastern Pier of the port, the Container Terminal of Paranaguá was imposed by the federal ambiental institution to develop projects with the local residents from communities around the bay intending to look for new sources of income. The development of community-based tourism was contemplated in one of these projects. The result was the creation of the network of community-based tourism of Caiçara communities. Intending to contribute with them, this objective of this study was to analyse their management of the touristic activity. The procedure chosen was a participant research. The methods consist in a non-systematic observation and semi-structured interviewing. The instruments used to collect the data was an observation script and an interview form. Were found in the results that there are difficulties in the operationalization of the itineraries and in the organization of the communities, lack of intercommunal meeting, difficulties on management due the lack of knowledge of the tourist dynamics, among others. Then, this research attempted to contribute with the creation of a project of a touristic inventory. The process consists in eight workshops mediated by a tourism officer that seek collectively to list the local attractions, the touristic infrastructure, the human resources available and the characterization of the responsible traveller. Finally, the network of Caiçara communities can use the document to improve the operationalization of their services and develop an integrated strategic planning.

Keyword: Caiçara. Community-based Tourism. Responsible traveler. Network of community-based tourism of Caiçara communities. Paranaguá, Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - DIMENSÕES E CATEGORIAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	19
QUADRO 2 - ATRATIVOS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	20
QUADRO 3 - DIRETRIZES PARA ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO	22
QUADRO 4 - CARACTERÍSTICAS DO TURISTA DE BASE COMUNITÁRIA	26
QUADRO 5 - PERFIL DO TURISTA DE BASE COMUNITÁRIA	29
QUADRO 6 - IMPACTOS NAS COMUNIDADES E PROGRAMAS DE MINIMIZAÇÃO.	41
QUADRO 7 - ENCONTROS DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO REALIZADOS EM 2013.	44
QUADRO 8 - OBJETIVOS E MÉTODOS DA PESQUISA.	53
QUADRO 9 - DIRETRIZES PARA ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO.	60
QUADRO 10 - IMPASSES VERIFICADOS NO TURISMO DA REDE	70
QUADRO 11 - CRONOGRAMA DO PROJETO	84
FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES NA BAÍA DE PARANAGUÁ. 40	
FIGURA 2 - MARCA DA REDE CAIÇARA.	50
FIGURA 3 - CENTRO CULTURAL MANDICUERA.	57
FIGURA 4 - MORRO DA CRUZ.	58
FIGURA 5 - PASSEIO DE CAIAQUE NA BAÍA DE PARANAGUÁ.	66

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CUSTOS PLANEJAMENTO PRÉVIO	73
TABELA 2 - CUSTOS OFICINA “A DINÂMICA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA”	75
TABELA 3 - CUSTOS OFICINA “JUNTOS FEITO UMA REDE, CAPTURAMOS MAIS PEIXES”	76
TABELA 4 - CUSTOS OFICINA “RESGATAR O PASSO PARA PENSAR O FUTURO”	77
TABELA 5 - CUSTOS OFICINA “PENSANDO O CAIÇARA”	78
TABELA 6 - CUSTOS OFICINA “TECENDO A MATA E O MANGUE”	79
TABELA 7 - CUSTOS OFICINA “PENSANDO A ESTRUTURA DO TURISMO”	81
TABELA 8 - CUSTOS OFICINA “CARÊNCIAS COMUNITÁRIAS, SOLUÇÕES BEM PENSADAS”	82
TABELA 9 - CUSTOS OFICINA “O TURISTA QUE BUSCAMOS”	84
TABELA 10 - ORÇAMENTO FINAL	84

LISTA DE ABREVIATURAS

ACQUAPLAN	- Tecnologia e Consultoria Ambiental
AMORISA	- Associação dos Moradores do Rio Sagrado
APL.com	- Arranjo Socioprodutivo de Base Comunitária
CNPJ	- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
Cooper guará	- Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba
EIV	- Estudo do Impacto Ambiental
FUMTUR	- Fundação Municipal de Turismo
IAP	- Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis

IBGE	- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LAP	- Licença Ambiental Prévia
LTDS	- Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social
Mtur	- Ministério do Turismo
OMT	- Organização Mundial do Turismo
PBA	- Plano Básico Ambiental
PEA	- Programa de Educação Ambiental
PEAC	- Programa de Educação Ambiental para a Comunidade
RIMA	- Relatório de Impacto Ambiental
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNV	- Netherlands Development Organisation
SPVS	- Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação

Ambiental

TBC	- Turismo de Base Comunitária
TCP	- Terminal de Contêineres de Paranaguá
TRC	- Turismo Rural Comunitário
TUCUM	- Rede Cearense de Turismo Comunitário
TURISOL	- Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário
WWF	- World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

RESUMO	6
1 INTRODUÇÃO	13
2 MARCO TEÓRICO	15
2.1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	15
2.2 PRINCIPAIS IMPASSES NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	20
2.3 PERFIL DO TURISTA DE BASE COMUNITÁRIA.....	25
2.4 OS PROJETOS DE TBC NO BRASIL.....	30
2.5 AS COMUNIDADES DA REDE.....	34
2.6 HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO DA REDE CAIÇARA DE PARANAGUÁ.....	41
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	53
3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA	54
3.3 COLETA DE DADOS	55
3.3.1 CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	55
3.3.2 TABULAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	56
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	57
4.1 ANÁLISE DA REDE CAIÇARA DE TURISMO COMUNITÁRIO DE PARANAGUÁ	57
4.2 DOMINIALIDADE	61
4.3 ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA.....	63
4.4 DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA	64
4.5 INTEGRAÇÃO DO TURISMO COM OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS	65
4.6 ELEMENTO CULTURAL.....	66
4.7 ELEMENTO AMBIENTAL	68
4.8 INTERMEDIÁRIOS	68
5 INVENTARIAÇÃO TURÍSTICA PARTICIPATIVA DA REDE CAIÇARA DE PARANAGUÁ	72
5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO.....	72
5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO	73
5.2.1 PLANEJAMENTO PRÉVIO.....	73

5.2.2 OFICINA “A DINÂMICA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA” ..	74
5.2.3 OFICINA “JUNTOS FEITO UMA REDE, CAPTURAMOS MAIS PEIXES”	75
5.2.4 OFICINA “RESGATAR O PASSADO PARA PENSAR NO FUTURO”	76
5.2.5 OFICINA “PENSANDO O CAIÇARA”	78
5.2.6 OFICINA “TECENDO A MATA E O MANGUE”	79
5.2.7 OFICINA “PENSANDO A ESTRUTURA DO TURISMO”	80
5.2.8 OFICINA “CARÊNCIAS COMUNITÁRIAS, SOLUÇÕES BEM PENSADAS”	81
5.2.9 OFICINA “OS TURISTAS QUE BUSCAMOS”	83
5.3 CRONOGRAMA	84
5.4 ORÇAMENTO FINAL	84
5.5 AVALIAÇÃO DO RETORNO DO INVESTIMENTO	85
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE 1 – FORMULÁRIO MEIOS DE ACESSO AO MUNICÍPIO E ÀS COMUNIDADES	95
APÊNDICE 2 – FORMULÁRIO ATRATIVOS TURÍSTICOS MATERIAIS	96
APÊNDICE 3 – FORMULÁRIO ATRATIVOS TURÍSTICOS IMATERIAIS	97
APÊNDICE 4 – FORMULÁRIO EVENTOS PROGRAMADOS	98
APÊNDICE 5 – FORMULÁRIO DE MEIOS DE HOSPEDAGEM	99
APÊNDICE 6 – FORMULÁRIO DE ALIMENTAÇÃO	100
APÊNDICE 7 – FORMULÁRIO DE ENTRETENIMENTO	101
APÊNDICE 8 – FORMULÁRIO DE SERVIÇOS EQUIPAMENTOS DE LAZER	102
ANEXO I – Tarifário e descritivo das atividades oferecidas nas comunidades	103

1 INTRODUÇÃO

O turismo de base comunitária - TBC representa um modo para que as comunidades tradicionais mantenham seu estilo de vida dentro do sistema capitalista vigente. No Brasil, o tema ganha importância à partir dos anos 2000. Em 2008, é lançado o primeiro edital do Ministério do Turismo - Mtur que contempla, dentre outros, dois projetos importantes que foram responsáveis pela criação de duas grandes redes de TBC: a Rede Cearense de Turismo Comunitário - TUCUM e a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário - TURISOL. Especificamente no Paraná, o edital contemplou três projetos nos municípios de Morretes, Guaraqueçaba e Turvo. Contudo, a atividade turística não se manteve após a conclusão desses projetos.

Em 2013, o Terminal de Contêineres de Paranaguá – TCP iniciou um projeto de compensação aos impactos da obra de ampliação do Cais Leste do porto. O objetivo foi de desenvolver o turismo comunitário nas comunidades da baía de Paranaguá. Em 2014, as comunidades Ilha dos Valadares, Eufrasina, Piaçaguera, Ponta do Ubá e São Miguel estavam articuladas na Rede Caiçara de Turismo Comunitário e já recebiam turistas.

Desde então, não houveram estudos dedicados à Rede e ao trabalho que a mesma realiza. À partir disso, tem-se o seguinte problema: como acontece a gestão do turismo da Rede Caiçara de Paranaguá? A hipótese é de que existam impasses no desenvolvimento do turismo que, conseqüentemente, impossibilitam os moradores de terem uma alternativa de renda eficaz.

Diante disso e visando contribuir com melhorias à partir de uma visão crítica e técnica, essa pesquisa tem como objetivo analisar a gestão do turismo de base comunitária da Rede Caiçara. O tema também é de relevância para a bibliografia do TBC, visto que estudos nessa área são escassos.

A investigação ocorreu em quatro comunidades: Ilha dos Valadares, Eufrasina, Piaçaguera e Ponta do Ubá. A comunidade de São Miguel optou por não participar da pesquisa, alegando trabalhar somente com grupos.

Os objetivos específicos consistem em investigar as características do TBC e as principais dificuldades desse tipo de turismo, caracterizar a demanda consumidora desse tipo de turismo, identificar os principais projetos desenvolvidos no Brasil, e investigar *in loco* a gestão do turismo da Rede Caiçara de Paranaguá.

A coleta de dados foi feita à partir da bibliografia especializada, de documentos enviados pela Rede Caiçara e pela Acquaplan – Tecnologia e Consultoria Ambiental, empresa de consultoria do TCP, e do roteiro e do formulário utilizados durante a pesquisa de campo.

A análise de dados foi realizada sob uma abordagem qualitativa utilizando a revisão de literatura e uma análise descritiva dos dados coletados no campo através dos métodos de observação e entrevista. Foram entrevistadas as lideranças das quatro comunidades, outros membros da rede que participaram da experiência de campo e duas agências de viagens que já estiveram envolvidas com a rede.

Os principais resultados encontrados foram a falta de conhecimento técnico das comunidades para direcionar a atividade turística sob uma visão estratégica, a inconstância do comprometimento de alguns membros com a Rede e os turistas, o desalinhamento da organização comunitária, a falta de enfoque dos roteiros sob um viés caiçara mais aprofundado, e o baixo agrupamento de outras atividades locais, como o artesanato e a pescaria, com a atividade turística.

A base bibliográfica e documental dessa pesquisa gerou a divisão do marco teórico em seis capítulos. O primeiro aborda as características principais que definem o TBC. O segundo investiga as principais dificuldades recorrentes na gestão desse tipo de turismo. O terceiro consiste em um ensaio do perfil do turista comunitário. O quarto lista os principais projetos no Brasil, dando enfoque aos do Paraná. O quinto introduz as comunidades que fazem parte da Rede Caiçara de Paranaguá e o sexto aborda o histórico de desenvolvimento da rede.

2 MARCO TEÓRICO

Para nortear a pesquisa, a primeira investigação refere-se às características que definem o TBC, seguida pelas principais dificuldades presentes nesse turismo. O terceiro capítulo busca definir as características do perfil do turista comunitário, e o quarto revela os principais projetos de TBC no Brasil e no Paraná. O quinto capítulo inicia a contextualização do objeto de pesquisa desse estudo, trazendo informações sociais, demográficas e turísticas das comunidades que participam da Rede Caiçara. Por fim, o sexto e último capítulo traz informações da história do processo de desenvolvimento da rede.

2.1 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Existe um consenso entre pesquisadores de diferentes áreas na afirmação de que o modelo econômico capitalista vigente gera desequilíbrios: de um lado concentração de renda, e de outro miséria e degradação ambiental (PORTO e SCHUTZ, 2012; SEQUINEL e CARON, 2010; SANTOS, CARDOZO E MIRANDA, 2017). Para Bursztyn (2012), essas consequências são vistas entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, polarizados entre norte, os desenvolvidos, e sul, os subdesenvolvidos.

À partir dos anos 2000 surgiram políticas globais com discursos desenvolvimentistas de minimização dos efeitos negativos do capitalismo e o turismo comunitário apareceu envolvido em ações de organismos internacionais, como as Nações Unidas¹, a Organização Mundial do Turismo² - OMT, *Netherlands Development Organisation* - SNV e *World Wide Fund for Nature* – WWF, que buscavam desenvolvê-lo como alternativa de geração de renda (BURSTYN, 2012). Esse tipo de turismo teria como objetivo o encontro entre pessoas de países mais ricos e comunidades de países pobres, buscando “[...] uma sensibilização nesses visitantes, uma vez que conhecem os problemas, mas também as riquezas e as pessoas, experimentando o dia a dia com suas tristezas e alegrias” (BURSTYN, 2012).

¹Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

²Programa de Turismo Sustentável e Eliminação da Pobreza (*Sustainable Tourism-Eliminating Poverty* ou simplesmente STEP).

Na América Latina, a prática chamada de Turismo Rural Comunitário - TRC surge em meados dos anos 80 por fatores de viés econômico, social, cultural e político (MALDONADO, 2009). São eles: a necessidade de diversificação do mercado para atender à uma nova demanda mundial, a prática do TRC como solução para a alta incidência de pobreza no continente, o papel dos pequenos negócios na prestação de serviços a segmentos especializados e na distribuição de renda a economias locais, e as estratégias políticas do movimento indígena e rural da região para preservar os seus territórios (MALDONADO, 2009).

Nesse contexto é evidente que o ambiente econômico e cultural externo pressiona a modificação de estruturas da comunidade, que na tentativa de manter o seu território e estilo de vida, permitem a inserção de novos projetos que nem sempre condizem com os interesses internos.

No Brasil, as primeiras experiências de TBC ocorreram na década de 1980 e 1990. As discussões e articulações dessa temática se intensificaram à partir dos anos 2000 (BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009). Desde então, com a diversidade de experiências brasileiras há dificuldade na conceituação do TBC, o que implica na eficiência da formulação de políticas públicas sobre o tema (BARTHOLO, SANSOLO, BURSZTYN, 2009). Para o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social - LTDS, essa dificuldade é devido:

[...]que este é usado para tratar de contextos tão diversos e diferentes quanto comunidades urbanas e rurais, podendo estar referido às populações tradicionais ou a amálgamas sociais compostas pelos movimentos migratórios e processos de exclusão socioeconômicos, entre outros. (LTDS, 2011, pag. 07).

Essa diversidade de contextos em que o TBC se insere deve ser considerada em conjunto com alguns elementos característicos que o definem.

Coriolano (2003, p.41) aponta o caráter endógeno do TBC, em que os próprios moradores constroem e articulam a cadeia produtiva e utilizam o lucro para otimizar a qualidade de vida do local. Fabrino, Nascimento e Costa (2016) chamam este elemento de dominialidade, que se refere ao grau de domínio sobre o controle, a propriedade e a gestão da atividade turística.

Esse domínio deve estar vinculado a um planejamento turístico que ordene e direcione as ações voltadas à atrativos, equipamentos e facilidades de forma adequada aos interesses da comunidade (RUSCHMANN, 2001). São três as etapas

de um planejamento: a caracterização geral do ambiente, o inventário turístico e a análise (RUSHCHMANN, 1999). A primeira se caracteriza por um levantamento dos aspectos gerais, geográficos, econômicos e sociais da região do objeto de estudo. A segunda é o levantamento das condições naturais, culturais, infraestrutura turística, recursos humanos para o turismo e caracterização da demanda. A terceira diz respeito à análise dos pontos fortes e fracos, diagnóstico, prognóstico e diretrizes estratégicas.

Para elucidar o segundo elemento característico do TBC tem-se a seguinte definição de Maldonado sobre turismo comunitário, encontrado no livro Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras:

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. (MALDONADO, 2009, p. 31).

Outro elemento que caracteriza o TBC é a organização comunitária (FABRINO, NASCIMENTO e COSTA, 2016). Contudo, no conceito de Maldonado (2009) acima, a divergência encontrada em Silva, Matta e Sá (2016) é que a organização da comunidade no TBC não se dá de forma empresarial, mas solidária, e que essa organização é sustentada de forma comunitária, e não na propriedade, evitando apropriações para exploração meramente econômica e individual.

Além disso, os elementos institucionais da organização comunitária teriam papel fundamental no diálogo com atores públicos e privados com o objetivo de minimizar a limitação financeira e a desvantagem histórica (SAMPAIO, HENRIQUEZ, MANSUR, 2011). Essa mobilização nem sempre é vista como possível pela comunidade, havendo a necessidade de empoderar os indivíduos em sujeitos para que os mesmos se desenvolvam exercendo a sua liberdade (Castro e Pinto, 2012). Nessa perspectiva, o desenvolvimento local seria impulsionado através da construção de uma cultura democrática possibilitada pelo empoderamento comunitário (SILVA et al, 2012).

O terceiro elemento característico do TBC é a distribuição equitativa dos benefícios gerados, presente no conceito de Maldonado (2009), citado anteriormente, e encontrado em citações de outros autores (CORIOLANO, 2009; MTUR, 2008; FABRINO, NASCIMENTO, COSTA, 2016; TURISOL, 2010; TUCUM,

2013). Esse elemento sofre influência do capital social presente na comunidade, que exerce grande importância por influenciar positivamente o crescimento econômico e o bem-estar local (SACHS E LAGES, 2001).

De acordo com Pires e Alcantarino (2008), capital social é entendido como as relações entre os indivíduos comunitários e a estrutura responsável por oferecer essas relações positivas. Marteleto e Silva (2004) citado por Silva et al (2012), descreve três dimensões do capital social definidas por Putnam:

[...] a primeira refere-se à formação de redes por laços de parentesco, amizade ou étnicos para a criação de mecanismos de cooperação; a segunda diz respeito à criação de redes entre comunidades distintas para aumentar o alcance das ações; e a terceira está relacionada com a consolidação de redes por meio do estreitamento das relações entre a comunidade e as instituições de poder com vista à obtenção de recursos para o desenvolvimento. (PUTNAM, 2001, p. 90 *apud* MARTELETO E SILVA, 2004).

A primeira dimensão é determinada pela relação entre os indivíduos da comunidade. A segunda diz respeito à relação entre diferentes comunidades e os benefícios advindos desta. A terceira envolve relações com atores públicos e privados externos à localidade.

A quarta característica do TBC é apontada por Fabrino, Nascimento e Costa (2016) como sendo a integração do turismo com outras atividades econômicas da comunidade e os novos arranjos que surgem à partir do advento da atividade turística. Os autores identificaram este quarto elemento à partir de Lima (2002), que indica a dependência de um contexto global para o desenvolvimento do turismo local. Com isso, torna-se necessário a integração entre escalas (local, regional, nacional e global) e intersetorial das atividades econômicas e sociais.

A quinta característica se dá no âmbito cultural do TBC, promovendo a valorização da cultura local, o sentimento de pertencimento e o sentido coletivo de vida em sociedade (IRVING, 2009). Além disso, favorece a troca de experiências entre comunidade e turistas (CORIOLANO, 2009), tendo como objetivo promover um diálogo de qualidade entre culturas que gere um aprendizado sobre modos de vidas distintos (MALDONADO, 2009).

Por último, o TBC respeitaria as normas de conservação ambiental da região e monitoraria os impactos negativos (PROJETO BAGAGEM, 2017), sendo a

qualidade ambiental a sexta característica do TBC (FABRINO, NASCIMENTO E COSTA, 2016).

Buscando corroborar as características apresentadas anteriormente e complementar o elemento da qualidade ambiental, o estudo de Castro e Pinto (2012) será apresentado abaixo no QUADRO 1. Os autores identificaram diversas categorias presentes na composição do TBC nas dimensões econômica, social, cultural e ambiental.

QUADRO 1 - DIMENSÕES E CATEGORIAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

DIMENSÃO	ECONÔMICA	SOCIAL
CATEGORIA	Autogestão	Protagonismo social
	Cooperativismo	Empoderamento
	Benefícios Coletivos	Capital Social
	Associativismo	Gestão participativa
	Desenvolvimento de Arranjos Produtivos	Fortalecimento de organização comunitária
	Economia Solidária	
DIMENSÃO	CULTURAL	AMBIENTAL
CATEGORIA	Reafirmação cultural	Minimização de impactos ambientais
	Valorização cultural	Fortalecimento de ações de conservação da natureza
	Interculturalidade	Respeito às normas de conservação
	Troca de experiências	Recuperação de áreas degradadas
	Sentimento de pertencimento	Manejo sustentável de recursos naturais
		Utilização de energias renováveis

FONTE: Castro e Pinto (2012).
 NOTA: Organizado por O autor (2017)

No aspecto ambiental, os autores afirmam a necessidade de empoderar a comunidade para iniciativas que minimizem os impactos negativos do turismo no meio ambiente; a promoção de parcerias entre a comunidade, sociedade civil e instituições públicas e privadas para ações de sensibilização ambiental considerando todas as partes envolvidas; a viabilização de energias renováveis e uso sustentável de recursos (CASTRO E PINTO, 2012).

Todas as características apresentadas anteriormente também são confirmadas pelos princípios do TBC presentes nos documentos da Rede Brasileira

de Turismo Solidário e Comunitário – TURISOL (2010) e da Rede Cearense de Turismo Comunitário – TUCUM (2013). Sendo assim, o TBC representaria a interpretação local do turismo, tendo como pano de fundo, conforme Irving (2009), “[...] a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização”.

O produto do TBC se difere do produto de turismo massificado. Por acontecer num contexto de comunidade, os serviços possuem suas especificidades. O QUADRO 2 abaixo reúne os tipos de serviços com base no documento das normas da TUCUM:

QUADRO 2 - ATRATIVOS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

HOSPEDAGEM
Hospedagem domiciliar: quarto dentro da residência principal da família.
Pousada comunitária ou pousada familiar: pode ser apresentada como pousada, chalé ou casa.
Camping: Área destinada a receber barracas.
ALIMENTAÇÃO
Cozinha comunitária.
Cozinha familiar ou Restaurante Familiar.
Restaurante comunitário.
ATIVIDADES RECREATIVAS
Trilhas ou caminhadas ecológicas, culturais e históricas.
Passeio de barco (jangada, canoa ou catamarã).
Passeio de carro de boi.
Visita a museus, casas da memória.
Luau, noite cultural ou festas.
Visita às comunidades vizinhas.
Cursos e oficinas.

FONTE: Rede Tucum (2013).

NOTA: Organizado por O autor (2017).

2.2 PRINCIPAIS IMPASSES NO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Assim como em outros países da América Latina, os projetos de TBC no Brasil enfrentam as mesmas situações-problemas. Estas se dividem em acesso ao mercado, governança interna e gestão de parcerias estratégicas de interesse (MIELKE; PEGAS, 2013). O estudo dos autores supracitados aponta os principais problemas de cada um desses grupos.

No que se refere ao acesso ao mercado, os principais impasses são as relações comerciais com os intermediários e a baixa qualidade dos produtos ofertados (MIELKE; PEGAS, 2013, p. 176). Essas relações são vistas com desconfiança pela comunidade, resultando em deficiências na comercialização. Em contraponto, Bursztyn e Bartholo (2012, p.100) afirmam que dessa forma é assegurado um mínimo de “controle social” sobre o visitante em relação ao visitado.

Já a qualidade dos produtos ofertados pode estar relacionada à uniformização da oferta e a falta de competitividade:

[...] la variedad de actividades que se ofrecen a los turistas en los diferentes programas de turismo comunitario del país es baja; en resumen, todos los programas ofrecen caminatas, visitas a bosques, observación de fauna y participación en eventos con la gente de la comunidad, incluyendo curaciones con plantas medicinales. Pocos programas ofrecen atractivos adicionales, como visitas a termas o sitios arqueológicos y, con ello, podríamos asumir que tienen una cierta ventaja competitiva sobre los demás. (TORRE, 2010 pag. 37).³

A dinâmica do TBC ainda pode ser explorada na ampliação de possibilidades de atração e interação com os turistas. A inovação é necessária para que os resultados se renovem e o TBC se torne mais atrativo.

Outra característica da qualidade pode estar relacionada ao acesso à essas comunidades. Torre (2010) afirma que algumas enfrentam esse problema e que resulta na inexistência de demanda turística após a aplicação do recurso do projeto.

Em relação à comercialização do produto, Bursztyn e Bartholo (2012) propõem três diretrizes para nortear a formulação de estratégias de comercialização, conforme QUADRO 3 abaixo:

³Tradução livre: “A variedade de atividades que se oferecem aos turistas nos diferentes programas de turismo comunitário do país é baixa; resumidamente, todos os programas oferecem caminhadas, visita a bosques, observação de fauna e participação em eventos com os moradores da comunidade, incluindo curas com plantas medicinais. Poucos programas oferecem atrativos adicionais, como visitas a termas ou sítios arqueológicos e, com isto, poderíamos assumir que têm certa vantagem competitiva sobre os demais”.

QUADRO 3 - DIRETRIZES PARA ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

DIRETRIZ 1 – INFORMAÇÃO E FACILITAÇÃO DA COMUNICAÇÃO
Enfatizar o caráter relacional na promoção do TBC, marcando uma identidade comum entre as iniciativas.
Destacar a vinculação com os projetos sociais e ambientais da região.
Agregar valor aos serviços informando aos turistas os benefícios locais do TBC.
Responder a demanda de forma eficiente e em menor tempo.
Atendimento em outro idioma.
Estimular contato com o visitante após a viagem.
DIRETRIZ 2 – CANAIS DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO
Elaborar sites multilíngues com fotos, vídeos, depoimentos e atualizar constantemente.
Inserção em portais de viagens.
Fomento ao boca a boca através das redes sociais.
Reunir iniciativas de TBC em um único portal caso haja limites de recursos.
Inserir a oferta na lista de atrativos de destinos primários mais próximos.
Estabelecer parcerias com o receptivo local que compartilham princípios do TBC.
Participação em feiras, eventos, prêmios nacionais e internacionais para dar visibilidade e credibilidade.
DIRETRIZ 3 – FORMAÇÃO CONTINUADA
Investir na qualificação dos serviços ofertados aos visitantes.
Promover parcerias com universidades e com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE.

FONTE: Bursztyn e Bartholo (2012).

NOTA: Organizado por O autor (2017).

Essas diretrizes são verdadeiros desafios em alguns contextos comunitários, pois requerem a existência de uma estrutura física, operacional e financeira para que sejam postas em prática. Contudo, é interessante que a organização comunitária as conheça e avalie a possibilidade de incorporá-las, seja em um planejamento de médio ou longo prazo, ou através de parcerias estratégicas. Mielke e Pegas (2013) afirmam a necessidade de uma governança interna sólida para que isso aconteça. Sem esse critério, a atividade turística dificilmente continua após o fim dos recursos aplicados pelo responsável do projeto.

Ao tratar da comercialização, também é preciso verificar se os princípios desse processo estão alinhados com os princípios locais. Holanda (2015) faz uma crítica ao que fora apresentado anteriormente ao questionar os modelos de comercialização propostos sendo que a essência do TBC se difere do turismo massificado. A autora critica a visão de comunidade como empresa e a desqualificação das práticas organizativas populares:

As justificativas para a necessidade de profissionalização das comunidades tradicionais e adoção de práticas empresariais baseiam-se na desqualificação de seus sujeitos e das práticas organizativas populares que são estigmatizadas por termos e expressões pejorativos, sendo consideradas amadoras, improvisadas o que denota sua baixa credibilidade. (HOLANDA, 2015, p. 259).

Sob o argumento de proximidade com a essência do TBC, a autora sugere o uso do conceito de arranjo socioproductivo de base comunitária - APL.com articulado com redes de comércio justos como uma nova forma para se pensar esta prática.

O APL.com busca agregar valor aos pequenos empreendimentos através de sua organização e articulação em grupos que buscam preservar as características comunitárias e o aumentar as possibilidades de sobrevivência na economia de mercado (SAMPAIO, ALVES E FALK, 2008). Trata-se de uma rede horizontal de cooperação entre micro-empresendimentos com o objetivo de superar a competitividade utilitarista econômica e incorporar uma ideia de racionalidade coletiva (ARAÚJO; SAMPAIO; SOUZA, 2004). Por sua vez, a rede de comércio justo incentiva a integração entre produtores e consumidores conscientes, preocupado com a qualidade social dos produtos. A relação deve estar baseada na equidade, na associação e na cooperação, na confiança, na solidariedade e no interesse compartilhado de justiça (SAMPAIO, ALVES E FALK, 2008).

Para que esse novo formato seja possível, é necessário conhecer quais mecanismos colaborativos de gestão estão presentes nas experiências para transformá-los através da via da autogestão e da solidariedade (LEÃO, 2016).

Outra dificuldade encontrada na literatura especializada é a organização comunitária. Fabrino, Nascimento e Costa (2016) a divide em dois critérios: organização interna e articulação externa. A primeira envolve a organização formal da comunidade, bem como a sua forma de gestão e frentes de atuação. Por sua vez, a segunda diz respeito à forma de articulação entre a instituição comunitária e as instituições externas.

Para Mielke e Pegas (2013), a qualidade na prestação de serviços turísticos exige comprometimento coletivo, sendo este possibilitado através da normatização de instituições por instrumentos como regimentos internos e estatutos sociais:

No Brasil, há pouca inserção de intermediários turísticos ao longo dos processos verificados das Experiências, bem como baixa utilização de metodologias de planejamento de economia social, como por exemplo: Plano de Negócios, Estatutos e Regimes Internos. A falta destes, em linhas gerais, indica pouco amadurecimento do debate entorno das responsabilidades, obrigações, direitos e deveres das pessoas diretamente e indiretamente envolvidas nos projetos. (MIELKE; PEGAS, 2013, pag. 184).

A falta de institucionalidade da organização comunitária pode ser recorrente à falta de conhecimento, preparo ou hábito dos moradores. Isso impacta diretamente na relação com intermediários, que buscam trabalhar a partir de um nível de amadurecimento profissional.

Outra crítica que encaixa na categoria da gestão interna reside nos critérios utilizados para avaliar e monitorar as iniciativas de base comunitária. Estes são impostos por organizações externas, geralmente responsáveis pelos recursos, que condiz com os seus próprios interesses (MIELKE, PEGAS, 2013).

Diversos autores citados por Mielke e Pegas (2013), indicam a necessidade de critérios qualitativos, como por exemplo, nível de cooperação, entendimento da dinâmica turística, equilíbrio do relacionamento com demais públicos de interesse, liderança, envolvimento das mulheres e processo de tomada de decisão (MARIS, SCHIPANI, 2001; WORLD BANK, 2006), o comprometimento e a participação (BOND et al, 2001; CHAPMAN & KIRK, 2001; JONES, 2005; BRAY et al., 2005; SEBOLA & FOURIE, 2006), dinâmica de poder no que tange a organização comunitária (WILSON *et al*, 2001; LAVERACK & THANGPHET, 2007; MACLELLAN et al., 2007) e a presença de Estatutos e Regimentos Internos para grupos organizados (BOERSHE, 2005; MIELKE, 2010). O discurso de uma representante do Mtur no 2º Encontro da TURISOL exemplifica a necessidade de alguns desses indicadores:

Por outro lado, observei que há grande ansiedade por apoio do governo, entretanto há desconhecimento dos procedimentos para realizar demandas e dos processos de formulação de políticas públicas. Sugiro para a rede o fortalecimento da comunicação à parte dos encontros físicos e o aprimoramento da comunicação entre os gestores das ONGs e as pessoas das comunidades, em alguns momentos parece haver distanciamento e descompasso entre seus discursos. (TURISOL, 2015).

Torna-se evidente a falta, mesmo que parcial, do entendimento da dinâmica turística, em que se desconhecem formas de aproximação do poder público para

cobrar necessidades dos diferentes públicos de interesse, incluindo as próprias comunidades.

O discurso ambiental incluso no TBC também é problematizado por Kiss (2004, tradução livre). Segundo a autora, para que a proteção da biodiversidade aconteça e para que as atividades extrativistas não ocorram, é preciso que a renda gerada pelo turismo seja suficientemente alta. Como esse contexto ainda está sendo buscado, o problema reside no fato de que a comunidade enxerga no investimento dos projetos ambientais a possibilidade de suprir as suas necessidades independentemente se os objetivos estão sendo cumpridos.

Salafsky et al, citado por Kiss (2004, tradução livre), afirmam que o sucesso destes projetos está na confiança entre a equipe e a comunidade local, não sendo necessário prover benefícios econômicos para gerar um suporte à conservação do meio ambiente na comunidade. Todavia, a tendência é que esses valores desapareçam com o fim dos investimentos.

Diante de diversas dificuldades presentes no TBC, é importante também realizar um estudo sobre o perfil do turista comunitário para que o mesmo dê base para possíveis mudanças dessa realidade. Sendo assim, o próximo tópico terá tal função.

2.3 PERFIL DO TURISTA DE BASE COMUNITÁRIA

Diversos estudos buscam conhecer o perfil do turista de base comunitária. Contudo, ainda há poucos sobre este assunto.

Bursztyl e Bartholo (2012) utilizam estudos indiretos para tentar traçar algumas características da demanda potencial do TBC. No primeiro estudo, intitulado “Hábitos de consumo de turismo do brasileiro” do Mtur de 2009, os autores destacam que a utilização de agências de viagens na compra de pacotes turísticos e na busca por informações sobre o destino não é uma prática comum entre os brasileiros. Estes têm como principais fontes de informações para a organização das viagens a internet e a indicação de parentes e amigos. Os principais elementos para eleger o destino são a natureza e as praias, contudo, conhecer a cultura local e festas populares já aparecem ainda que com menor incidência.

No segundo estudo citado pelos autores, de 2010, intitulado “Perfil do turista de aventura e do ecoturista no Brasil” do Mtur, destaca-se que a principal motivação

de viagem é a natureza, que somados com o contato com as comunidades locais, conhecer a cultura regional e o jeito do povo, representam a existência de interesse direto em iniciativas de TBC por parte dos entrevistados. A internet é recorrente na busca por informações para a organização da viagem, com destaque para o uso das redes sociais.

E com base no terceiro documento, de 2009, intitulado *The Marketing for responsible tourism products: with a special focus on Latin America and Nepal*, produzido pela *Netherlands Development Organization*, Bursztyn e Bartholo (2012) elaboram o QUADRO 4 abaixo com as características do turista de base comunitária:

QUADRO 4 - CARACTERÍSTICAS DO TURISTA DE BASE COMUNITÁRIA

ASPECTOS CHAVE	PERFIL DO TURISTA
MOTIVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • forte desejo por “autenticidade”; • trocas culturais diretas; • sentimento nostálgico com relação à simplicidade e o modo de vida rural; • ajudar comunidades pobres.
GRUPO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • vem de todos os grupos sociais; • entre 30 e 50 anos de idade com alto poder aquisitivo; • elevado nível de escolaridade; • mochileiros e jovens viajantes com orçamento reduzido também consomem o TBC, uma vez que os custos tendem a ser mais baratos.
ATIVIDADES DE INTERESSE	<ul style="list-style-type: none"> • visitam lugares de grande interesse histórico e arqueológico, como, por exemplo, os patrimônios da UNESCO; • participam das manifestações culturais locais; • participam de atividades criativas, como, por exemplo, aprender cerâmica, pintura, tecelagem, culinária; • ficam hospedados nas comunidades; • aprendem a língua e a cultura local.

FONTE: Netherlands Development Organization (2009).
 NOTA: Traduzido e adaptado por Bursztyn e Bartholo (2012)

Sampaio e Zamignan (2012) confirmam alguns dados acima em seu estudo da demanda turística da Microbacia do Rio Sagrado em Morretes, Paraná. O resultado mostrou uma faixa etária mais jovem, entre os 20 à 29 anos, com predominância de mulheres. Os turistas são solteiros e viajam em excursão ou com amigos. A escolaridade é alta, sendo a maioria estudante de curso superior ou pós-graduado ou mestre, simpatizantes de temas ambientais e culturas tradicionais. A renda individual variou de R\$ 450,00 à R\$ 1500,00 e o gasto médio da viagem foi entre R\$ 51,00 e 150,00, o que reafirma um turismo de baixo custo. A permanência

no destino foi de dois a quatro dias, e as principais motivações foram estudo, natureza e conhecer outras culturas.

O estudo de Coutinho, Sampaio e Rodrigues (2014) também indicam algumas características do perfil do turista do TBC em comum: jovens, de bom nível de instrução, que utilizam internet para obter informações turísticas, viajam mais sós e utilizam avião como meio de transporte. Como aspectos motivacionais, identificaram fatores como aprendizado/conhecimento e novas experiências, seguidos por cultura e belezas naturais/lugares bonitos.

Outro estudo relacionado ao tema é o de Sancho e Malta (2015), cujo objetivo foi de investigar a demanda potencial para um projeto no município de Brumadinho. O resultado encontrado definiu as características da demanda pelo TBC como visitantes de faixa etária entre 18 e 40 anos, com Ensino Superior, de faixa salarial entre 04 e 10 salários mínimos. Hábito de viajar para destinos regionais, com distâncias em torno de 250 km, utilizando principalmente o carro como meio de transporte. Decisão de viagem com pouco tempo de antecedência, organizando-a por conta própria, com auxílio de informações obtidas por indicações de amigos e parentes e acesso a sites da internet sobre destinos, serviços e atrativos turísticos. Buscam experiências com a natureza e conhecimento de outros hábitos e costumes culturais. Uma parcela significativa, 30%, afirmou se interessar em participar de oficinas de gastronomia e artesanato. Entretanto, a maioria dos entrevistados assume uma postura de maior distanciamento em relação ao contato e interação com moradores locais, preferindo apenas observar.

No que tange aos aspectos a serem valorizados em uma viagem, a acessibilidade, informação turística e infraestrutura foram indicados como aspectos centrais, relacionados à hospitalidade.

Um enfoque diferente referente ao tema é visto na pesquisa de Moya (2012), que identifica nichos da demanda do TRC da Costa Rica com base nos clientes de três operadoras que apoiam e comercializam o TRC no país:

- Grupo de turistas: são estrangeiros, majoritariamente europeus, que buscam vivenciar as práticas agrícolas da comunidade. Viajam sozinhos, em casal, em família ou com amigos, e o tempo de permanência no local varia de um à catorze dias. A organização da viagem foi feita de forma direta por meio da internet, ou por

recomendação do boca à boca ou por agências especializadas que promovem o turismo solidário e o comércio justo.

- Grupo de estudantes: são organizações específicas estudantis que desenvolvem programas educativos específicos que incluem projetos de trabalho voluntário. O contato é feito diretamente com a operadora.
- Turista Nacional: envolve grupos de estudantes de escolas, colégios e universidades, grupo de profissionais, membros de associações, cooperativas e sindicatos.
- Turista Convencional: busca uma fuga por meio de um tour em comunidades de um até três dias.
- Volunturista individual: turistas individuais que querem colaborar através de trabalho voluntário com as comunidades. São estrangeiros de países europeus e utilizam a internet para fazer contato com as agências.
- Grupo de turistas latino-americanos: constitui grupos de estagiários de turismo motivados em conhecer a experiência de desenvolvimento do TRC.

O estudo mostra a diversidade de motivações que podem surgir de um turista que busca uma viagem com princípios do TBC e a necessidade de envolver essas possibilidades no planejamento turístico. O volunturismo, por exemplo, é uma modalidade pouco citada na bibliografia brasileira do TBC.

No Peru (PROM PERU, 2016), a maioria dos turistas do TRC possui entre 40 à 70 anos, nível socioeconômico médio e alto, escolaridade alta, viaja em grupos pequenos ou sozinhos, possui um gasto mínimo durante a estadia e costumam pernoitar duas noites na comunidade. As motivações são conhecer outros estilos de vida, vivência de experiências “reais”, e tratamento personalizado.

O documento ainda expõe as expectativas dos turistas em relação à infraestrutura, atividades e as pessoas da comunidade (PROM PERU, 2016):

- Infraestrutura: instalações limpas, bom estado de serviços higiênicos, disponibilidade de água (melhor se for quente), cama e colchão confortável, comida simples preparada com insumos frescos, sistema

de aquecimento (como um plus, mas somente se for *eco-friendly*), instalações e móveis em bom estado.

- Atividades na comunidade: participar das atividades diárias, como ir ao mercado e preparar as comidas, trabalhar no campo ou com o gado, ter oficinas de tecelagem e cerâmica, aprender sobre plantas medicinais utilizadas pela comunidade, etc.
- Atividades no entorno: *Trekking, biking, cavalgadas, kayaking* e pesca.
- Pessoas da comunidade: atitude amável e acolhedora, naturalidade no tratamento, sem exageros na atenção com o visitante, aspectos folclóricos que sejam parte do cotidiano (vestimenta, celebrações, oferta de artesanatos, etc), que as informações sobre a comunidade e seus costumes sejam dadas pelo morador local, e que ocorra um intercâmbio que gere aprendizado ao turista.

Com base nos estudos apresentados, o QUADRO 5 abaixo foi elaborado com o objetivo de caracterizar o turista do TBC:

QUADRO 5 - PERFIL DO TURISTA DE BASE COMUNITÁRIA

	CARACTERÍSTICA	FONTE
GÊNERO	Predominantemente feminino.	Sampaio e Zamignan, 2012.
FAIXA ETÁRIA	Há ocorrências de turistas de 20 à 70 anos. Essa característica não mostra ter influência na escolha do TBC.	Sampaio e Zamignan, 2012; Prom Peru, 2016; Bursztyn e Bartholo, 2012; Sancho e Malta, 2015; Coutinho, Sampaio e Rodrigues, 2014.
ESCOLARIDADE	Médio ou alto grau de escolaridade.	Sampaio e Zamignan, 2012; Prom Peru, 2016; Sancho e Malta, 2015; Coutinho, Sampaio e Rodrigues, 2014.
FONTE DE ORGANIZAÇÃO DE VIAGEM	A internet é a principal fonte utilizada para adquirir informações sobre as comunidades. O boca a boca também é presente tanto nas redes sociais, como na indicação de parentes e amigos. As agências e operadoras especializadas são mais utilizadas por estrangeiros.	Moya, 2012; Bursztyn e Bartholo, 2012; Coutinho, Sampaio e Rodrigues, 2014.
MODO DE VIAGEM	Os turistas viajam sozinhos, acompanhado de amigos, em grupos, em casais e com família. Isto é influenciado pelas motivações individuais e pelas modalidades da oferta do TBC.	Sampaio e Zamignan, 2012; Prom Peru, 2016; Moya, 2012.
RENDA	É recorrente o nível socioeconômico médio e alto na demanda do TBC. Contudo, algumas modalidades podem alcançar níveis de renda inferiores, como a prática do volunturismo.	Sampaio e Zamignan, 2012; Prom Peru, 2016, Sancho e Malta, 2015.
PERMANÊNCIA	Geralmente, a permanência no TBC é curta,	Sampaio e Zamignan, 2012;

MÉDIA	sendo de 1 à 3 dias. Contudo, em alguns casos, como os de grupo estrangeiros, essa média pode aumentar para até 15 dias.	Prom Peru, 2016; Moya, 2012; Sancho e Malta, 2015.
MOTIVAÇÃO	As motivações são variadas e incluem a natureza, conhecer novos estilos de vida e elementos culturais, desde que sejam autênticos, além de vivenciar práticas no campo, realizar trabalhos voluntários em comunidades, fugir do cotidiano, ser bem recebido através de serviços simples e acomodações rústicas, mas de forma cuidadosa e espontânea.	Bursztyn e Bartholo, 2012; Sampaio e Zamignan, 2012; Prom Peru, 2016; Moya, 2012, Sancho e Malta, 2015; Coutinho, Sampaio e Rodrigues, 2014.

FONTE: O Autor (2017).

Por fim, é importante indicar que, apesar de se tratar de um contexto de campo ou comunitário, assimilado como uma realidade mais “simples”, o turista do TBC pode exigir diferentes níveis de qualidade em relação aos serviços prestados.

No próximo tópico serão investigados os principais projetos de TBC em âmbito nacional, com enfoque no estado do Paraná.

2.4 OS PROJETOS DE TBC NO BRASIL

Hallack, Burgos e Carneiro (2011) considera que a reflexão do TBC no Brasil nos anos anteriores à 1990 concedia-o um sentido marginal, distante das políticas públicas nacionais e internacionais. As pesquisas, os fóruns de discussões e a convergência de uma série de fatores trouxeram este tema para o centro das discussões (HALLACK, BURGOS E CARNEIRO, 2011; IRVING, 2009).

Em 2003, nasce informalmente a Rede TURISOL, de atuação nacional, à partir de debates de fomento do turismo solidário (HALLACK, BURGOS E CARNEIRO, 2011). A rede se fortaleceu em 2008 à partir do Projeto Bagagem, apoiado financeiramente pelo primeiro edital público do MTur que contemplou o TBC. O projeto em questão tinha o objetivo de realizar viagens solidárias à diversas comunidades, principalmente as da Amazônia (TURISOL, 2015). A última publicação da rede aconteceu em 2015, após o II Encontro TURISOL em Brasília.

O edital também selecionou outros 49 projetos para ofertar um apoio financeiro de R\$ 100.000,00 à R\$ 150.000,00. Foram contemplados seis projetos na região norte, dezesseis no nordeste, três no centro-oeste, dezesseis no sudeste, oito no sul (BARTHOLLO; SANSOLO E BURSZTYN, 2009).

Outro projeto importante, intitulado “Turismo comunitário: afirmando identidades e construindo sustentabilidade”, proveniente do edital resultou em 2008 na formação da rede TUCUM. Esta envolve 14 comunidades de municípios cearenses: Assentamento Coqueirinho, em Fortim; Assentamento Maceió, em Itapipoca; Curral Velho, em Acaraú; Caetanos de Cima, em Amontada; Jenipapo-Kanindé e Batoque, em Aquiraz; Prainha do Canto Verde, em Beberibe; Ponta Grossa e Tremembé, em Icapuí, Centro de Formação Frei Humberto – MST e Conjunto Palmeiras, em Fortaleza; Tapeba, em Caucaia; Tatajuba, em Camocim; e Vila da Volta, em Aracati. O site da rede oferece a opção ao turista para elaborar o seu próprio roteiro, a compra direta dos produtos e informações sobre todos os membros da rede, e publicações relacionadas ao tema, incluindo o seu regimento interno.

Especificamente no Paraná, foram três projetos escolhidos pelo edital de 2008 do Mtur: Projeto 1 – “Deslocamentos: ecoturismo de base comunitária no litoral norte do Paraná”; Projeto 2 – “Fortalecimento do turismo de base comunitária na conservação de modos de vidas de comunidades tradicionais e preservação da biodiversidade nas comunidades de Rio Sagrado, Morretes-PR: interconectando turismo comunitário com redes de comércio justo”; Projeto 3 – “Turismo solidário: conservando a floresta com araucária” (BARTHOLO; SAN SOLO E BURSZTYN, 2009).

No projeto 1 - “Deslocamentos: ecoturismo de base comunitária no litoral norte do Paraná” identificou-se que consistiu em formar uma cooperativa de pequenos empreendedores e desenvolver o ecoturismo visando gerar renda para a população local e promover mudanças no conceito de desenvolvimento na região. Buscou-se envolver empreendedores, agricultores, associados de cozinhas comunitárias, grupos de artesanato, grupos de fandango e prestadores de serviços em geral no processo através de oficinas que objetivaram dinamizar a cadeia produtiva do TBC (BARTHOLO; SAN SOLO E BURSZTYN, 2009).

Após a sua criação, a Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba – Cooperguará contava com 25 famílias de cooperados e empreendedores atuantes nos meios de hospedagens, alimentação, transportes marítimos e terrestres, artesanatos, produtos da agricultura familiar e condutores locais (SPVS, 2013).

Posteriormente, o Projeto Bagagem também contribuiu com o TBC em Guaraqueçaba através de uma parceria com a Sociedade de Pesquisa em Vida

Selvagem e Educação Ambiental – SPVS e a Cooperguará. O objetivo foi a criação de um roteiro intitulado Conexões Caiçaras.

O Projeto 2 – “Fortalecimento do turismo de base comunitária na conservação de modos de vidas de comunidades tradicionais e preservação da biodiversidade nas comunidades de Rio Sagrado, Morretes-PR: interconectando turismo comunitário com redes de comércio justo” foi o resultado de um projeto piloto no Rio Sagrado em que buscou implementar uma Zona Laboratório de Educação para o Ecodesenvolvimento nas comunidades (SAMPAIO, CARVALHO E ALMEIDA, 2007). O objetivo foi envolver a comunidade como a principal protagonista do processo com o intuito de educá-la para o desenvolvimento de uma nova economia atrelada ao turismo comunitário (BARTHOLLO; SAN SOLO E BURSZTYN, 2009).

O Projeto 3 – “Turismo solidário: conservando a floresta com araucária” buscou fortalecer o uso de recursos da floresta de araucária, como o pinhão, utilizado no preparo de iguarias no município de Turvo (BARTHOLLO; SAN SOLO E BURSZTYN, 2009).

Desde 2008, não foi identificado outros editais públicos que contemplassem o TBC.

Em 2013, o Terminal de Contêineres de Paranaguá – TCP iniciou um projeto com o objetivo de promover o desenvolvimento do turismo comunitário nas comunidades da Baía de Paranaguá como forma de valorizar a cultura, a culinária e os atrativos locais, sem causar impacto ambiental e contribuindo para o sustento das próprias comunidades. (Mtur, 2015). Desde 2014, as comunidades estão articuladas na Rede Caiçara de Turismo Comunitário e recebem turistas. A divulgação de seus produtos é feita através do site pelo Cardápio Turístico de cada comunidade, sintetizado em um folder único (ANEXO I). Ao todo, participam da rede cinco comunidades: Ponta do Ubá, São Miguel, Piaçaguera, Eufrasina e Ilha dos Valadares (Mtur, 2015).

Por comunidades caiçaras, entende-se de acordo com o Manual Caiçara de Ecoturismo de Base Comunitária:

“... as comunidades tradicionais localizadas nas regiões costeiras dos estados do Paraná, São Paulo e sul do Rio de Janeiro, cuja forma de vida é baseada na agricultura familiar, na pesca de pequena escala, no extrativismo e no artesanato. Os caiçaras são fruto da miscigenação de indígenas, colonizadores europeus e afrodescendentes. A pesca artesanal caiçara é considerada uma atividade extrativista, realizada tanto no mar

quanto em estuários e manguezais. Peixes, crustáceos e moluscos capturados pelos caiçaras servem tanto para o consumo familiar quanto à comercialização”. (JANÉR, BENCHIMOL E MOURÃO, 2009, p. 4).

Para ampliar o conhecimento da cultura caiçara, foi verificado na literatura especializada alguns aspectos.

Na pescaria, verifica-se a tradicional confecção pelo caiçara de sua própria canoa. No passado, esse processo era feito por um pau só de uma árvore chamada guapuruvu (PARANÁ, 2009).

Na agricultura, o manejo da terra é feito respeitando o ciclo de uso e repouso. Os principais cultivos são as raízes e tubérculos, como a mandioca, o cará e a batata-doce. Da mandioca é produzida a farinha seca, de granulação fina e cor mais clara, preferida dos caiçaras (HANAZAKI, 2001). A cana, a banana e o palmito também compõem a cozinha caiçara (LUDERER, 2010).

As plantas também são por eles utilizadas para fins medicinais. A farmacopeia caiçara inclui a hortelã, a erva cidreira, a camomila e o capim santo (HANAZAKI, 2001).

Uma das formas de expressão caiçara é o fandango, composto de música, dança e poesia. São acompanhados de instrumentos específicos, como a viola, a rabeça e o adufo, podendo haver outros dependendo da comunidade. A viola é utilizada em todas as comunidades, mas a sua forma pode ser variada, havendo distinções no jeito de fabricação, no tamanho e número de cordas (FONTELLA e ZANETTE, 2015).

O artesanato fabricado por eles consiste em potes de barro, trançados, pinturas com traços europeus e índios (PARANÁ, 2009). Em Ubatuba, litoral de São Paulo, os artesãos da comunidade de Casanga produziam peças de uso doméstico ligadas ao cotidiano caiçara, como colheres, talhas, pilão, gamelas, mesas. Devido à demanda de turistas, a produção foi aprimorada e passou a incluir peças decorativas (MARUJO, 2012).

Os conceitos trazidos acima refletem alguns traços presentes na vida caiçara, mas sugerem um isolamento e uma simplicidade que não condiz com a realidade de muitas comunidades, inclusive as da Rede Caiçara de Paranaguá. Nessas, a vida caiçara também está integrada às economias de mercado e aos sistemas políticos nacionais e internacionais, conforme afirma Murrieta (1994) sobre comunidades

camponesas, através de uma interação dialética com diferentes graus de envolvimento e dependência político-econômica.

O próximo capítulo irá contextualizar as comunidades da rede trazendo informações sociais e turísticas sobre as mesmas.

2.5 AS COMUNIDADES DA REDE

. As informações abaixo sobre a Ilha dos Valadares foram retiradas de dois estudos: a pesquisa do caráter hidrogeológico de Floréz (2005) e do Estudo do Impacto Ambiental – EIV (TCP, 2011), realizada pelo próprio Terminal de Contêineres de Paranaguá.

A Ilha de Valadares localiza-se na margem esquerda do Rio Itiberê, cerca de 400 metros do centro de Paranaguá, e possui uma área total de 5,15 Km², sendo pouco menos de 3 Km² as áreas permanentemente emersas. É considerada um reduto de migração dos pescadores das comunidades pesqueiras do Complexo Estuarino de Paranaguá, entretanto, desde a implantação de uma passarela em 1994 vem sofrendo com a pressão provocada pela ocupação irregular de sujeitos de diversas origens, causada pela proximidade com o centro e pela dificuldade na fiscalização e proteção das áreas ainda desocupadas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população da ilha em 2010 era de 13.598 pessoas. Em 2011, fontes externas e moradores estimam que o número de moradores seja próximo ao dobro do estimado pelo IBGE em 2010.

Existem 2.879 edificações na ilha, sendo que 96% delas correspondem a moradias simples, de baixo custo que se concentram na porção Nordeste. Essas residências não dispõem de sistema de esgotamento sanitário e são equipadas com fossas que se transformam em fontes potenciais de contaminação das águas subterrâneas, devido à alta permeabilidade do terreno e a pouca profundidade do freático.

As áreas de circulação são ocupadas por vielas, becos e ruas estreitas. O número de vias pavimentadas é reduzido, e os tipos de transportes utilizados são veículos com tração animal, bicicletas e motocicletas. Uma pequena praça e quatro campos de futebol constituem as áreas de lazer.

As atividades presentes no cardápio turístico são: Explorando o Manguezal, Passeio Ciclístico e visita ao Centro Cultural Mandicuera, Passeio Cultural na Ilha dos Valadares, Viagem ao mundo Caiçara (VALADARES, 2014).

Explorando o Manguezal inclui um passeio de caiaque pelo Mar de Lá, permitindo a aprendizagem de técnicas básicas da prática de caiaque e a possibilidade de observação do ecossistema manguezal. A duração é de uma hora e trinta minutos.

O Passeio Ciclístico e visita ao Centro Cultural Mandicuera incluem passeio de bicicleta pela ilha com paradas em atrativos locais e visita ao Centro Cultural Mandicuera, onde o visitante pode apreciar o artesanato local, a cachaça Mãe Cá Filha e uma boa vista do manguezal. A duração é de três horas.

O Passeio Cultural na Ilha dos Valadares inclui atividades de ciclismo e caiaque em todos os cantos da ilha, visita no Centro Cultural Mandicuera e almoço. Tem início pela manhã e término no fim da tarde.

Viagem ao Mundo Caiçara inclui passeios de quatro dias com passagem em todas as comunidades. As atividades envolvem trilhas, reconhecimento do manguezal, canoagem, caiaque, ciclismo, hospedagem e refeições.

Os pacotes que são comercializados no tarifário (ANEXO I) estão abaixo e incluem completa ou parcialmente as atividades acima, sem exigência de número mínimo de visitantes.

O pacote Final de Semana inclui atividades de ciclismo, caiaque, visita à uma comunidade pesqueira, dois almoços, um jantar, passeio de barco na Baía de Paranaguá. O valor é de R\$ 200,00.

O pacote Passeio Ciclístico Cultural inclui passeio de bicicleta pela ilha e visita ao Centro Cultural Mandicuera. O valor é de R\$ 40,00.

O pacote Passeio de Caiaque inclui passeio pelo Mar de Lá de caiaque com um condutor. O valor é de R\$ 30,00.

O Pacote Cultural inclui passeio ciclístico, prática de caiaque, visita ao Centro Cultural Mandicuera e almoço. O valor é de R\$ 90,00.

O Pacote Caiçara inclui passeios de quatro dias por todas as comunidades com transporte, refeições, hospedagem e atividades inclusas. O valor é de R\$ 500,00.

As informações das outras quatro comunidades foram embasadas apenas no EIV (TCP, 2011).

A Ponta do Ubá, também conhecida por Prainha ou Prainha Ponta do Pasto, é uma comunidade habitada por 40 famílias, contando com uma associação formalizada, sendo servida por energia elétrica. Não existe sistema de tratamento do esgoto. A comunidade possui uma escola municipal com ensino do 1º ao 5º ano. As fontes de renda se baseiam na pesca e no artesanato.

As atividades presentes no cardápio turístico são: Trilha da Aguada, Exploração do Manguezal, Canoagem Caiçara, Pescaria e passeio à Ilha da Banana, Oficina de Cestaria (UBÁ, 2014).

A Trilha da Aguada inclui trilha pela Mata Atlântica com destino à uma praia com vista à Baía de Paranaguá. Durante a atividade é possível contemplar a fauna e a flora e interagir através de histórias locais. O tempo previsto é de duas horas e trinta minutos.

A Exploração do Manguezal inclui passeio pelos manguezais próximos à comunidade com reconhecimento da fauna e flora e vivências relacionadas aos métodos de coleta de mariscos e caranguejos. O tempo previsto é de uma hora.

A Canoagem Caiçara inclui a aprendizagem do remo em canoa feita de tronco de árvore. O tempo previsto é de uma hora.

A Pescaria e Passeio à Ilha da Banana incluem pescaria com morador local, observação de técnicas como lance de tarrafa e visita à Ilha da Banana para apreciação da fauna. O tempo previsto é de três horas.

A Oficina de Cestaria inclui a aprendizagem e prática de todo o processo de criação de cestas com mulheres pescadoras. O tempo previsto é de duas horas.

Os pacotes que são comercializados no tarifário (ANEXO I) estão abaixo e incluem completa ou parcialmente as atividades acima, com exigência de número mínimo de 10 visitantes.

O pacote de Final de Semana (camping) inclui deslocamento em embarcação de pescador (com todos os equipamentos de segurança), atividades conforme cardápio, refeições e camping inclusos. O valor é de R\$ 200,00.

O pacote de Final de Semana (casa) inclui deslocamento em embarcação de pescador (com todos os equipamentos de segurança), atividades conforme cardápio, refeições e hospedagem em casa. O valor é de R\$ 230,00.

O pacote Diário inclui deslocamento em embarcação de pescador (com todos os equipamentos de segurança), duas atividades conforme cardápio e disponibilidade de tempo e almoço inclusos. O valor é de R\$ 100,00.

A comunidade de Eufrasina possui cerca de 30 famílias residentes e conta com uma associação formalizada. A comunidade possui acesso à energia elétrica e sistema de água. Não conta com sistema de tratamento de esgoto, apesar de ter sido buscada a instalação de fossas apropriadas para todos os moradores. Dispõe de uma escola municipal que atende do 1º ao 5º ano. A fonte de renda da maioria dos moradores consiste na pesca e no artesanato.

As atividades presentes no cardápio turístico são: Trilha com Banho de Rio na Mata Atlântica, Banho de Mar e Descanso, Passeio de Canoa e Trilha na Ilha Gamim, Trilha para o Rio dos “Meus Canecos”, e Pescaria (EUFRASINA, 2014).

A Trilha com banho de rio na Mata Atlântica inclui percurso por área de agricultura caiçara e Mata Atlântica conservada. O tempo previsto é de quatro horas.

O Banho de Mar e Descanso inclui passeio pela comunidade com a possibilidade de banho de mar, descanso e contemplação da paisagem natural. O tempo previsto é de duas horas ou conforme vontade do visitante.

O Passeio de Canoa e Trilha na Ilha Gamim inclui transporte por canoa de tronco de árvore até a ilha e trilha ao redor do perímetro com mata preservada, incluindo um enorme pé de figueira em que é possível se balançar em um cipó. O tempo previsto é de duas horas.

A Trilha para o Rio dos “Meus Canecos” é apropriada para famílias. Inclui trilha curta pela orla da comunidade e termina no rio em que é possível se banhar. O tempo previsto é de uma hora ou conforme a vontade do visitante.

A Pescaria inclui a atividade em embarcação de pescador artesanal. Os visitantes conhecem a arte da pesca na Baía de Paranaguá e os pesqueiros da região. O tempo previsto de atividade é de no máximo três horas.

Os pacotes que são comercializados no tarifário (ANEXO I) estão abaixo e incluem completa ou parcialmente as atividades acima, sem exigência de número mínimo de visitantes.

O pacote de Final de Semana inclui deslocamento em embarcação de pescador (com todos os equipamentos de segurança), atividades conforme cardápio, refeições e hospedagem em pousada simples. O valor é de R\$ 200,00.

O pacote Diário inclui deslocamento em embarcação de pescador (com todos os equipamentos de segurança), duas atividades conforme cardápio e disponibilidade de tempo e almoço inclusos. O valor é de R\$ 80,00.

A comunidade de São Miguel é habitada por cerca de 85 famílias. Não existe sistema de esgotamento sanitário, apenas soluções individuais (fossas sépticas ou negras). A comunidade possui posto de saúde com atendimento periódico, escola municipal que atende do 1º ao 5º ano e um Colégio Estadual do Povoado de São Miguel, que atende às séries finais do ensino fundamental e ensino médio. As fontes de renda consistem na pesca, principalmente de siri, agricultura de subsistência e no artesanato.

As atividades presentes no cardápio turístico são: Passeio ao Morro Careca, Conhecendo o Manguezal, Pescaria de peixes e coleta de siris, Trilha ciclística e banho de mar na comunidade de Ponta do Ubá, Oficina de Cestaria em Cipó, Oficina “Tecendo rede para mim” (MIGUEL, 2014).

O Passeio ao Morro Careca inclui trilha até o morro para observação de uma fazenda, da mata e dos rios da região. Também é feito um passeio de canoa para aprendizagem sobre o manguezal. O tempo previsto é de 2 horas, dependendo do número de participantes e da maré.

O Conhecendo o Manguezal inclui passeios pelos manguezais próximos para reconhecimento da fauna e da flora e vivências de métodos de coleta de mariscos e caranguejos. O tempo previsto é de 2 horas.

A Pescaria de peixes e coleta de siris ocorre com gaiolas ou linha. Também inclui explicação, observação e a prática da pesca de siris. O tempo previsto é de no máximo 3 horas, dependendo da disponibilidade do visitante.

A Trilha ciclística e banho de mar na comunidade de Ponta do Ubá inclui o trajeto entre as comunidades de São Miguel e Ponta de Ubá de bicicleta, atravessando a Mata Atlântica, a interação com a comunidade através de histórias e a possibilidade de banho de mar na prainha de Ponta do Ubá. O tempo previsto é de 3 horas.

A Oficina de Cestaria em Cipó permite o visitante desenvolver o seu lado artístico na produção de cestas e interagir com as mulheres da comunidade. O tempo previsto é de 2 horas.

A Oficina “Tecendo rede para mim” oferece a vivência com um pescador, com a ideia de que o visitante possa aprender um pouco mais sobre a arte da pesca artesanal e usando o ponto de rede tecer uma lembrança para marcar os dias. O tempo previsto é de 2 horas.

Os pacotes que são comercializados no tarifário (ANEXO I) estão abaixo e incluem completa ou parcialmente as atividades acima, com exigência de número mínimo de 4 visitantes.

O pacote de Final de Semana inclui deslocamento em embarcação de pescador (com todos os equipamentos de segurança), atividades conforme cardápio, refeições e hospedagem familiar. O valor é de R\$ 200,00.

O pacote Diário inclui deslocamento em embarcação de pescador (com todos os equipamentos de segurança), duas atividades conforme cardápio e disponibilidade de tempo e almoço. O valor é de R\$ 100,00.

Piaçaguera é habitada por 180 moradores. Possui associação formalizada e atuante, energia elétrica, escola municipal e estadual com ensino do 1º ao 5º ano. Da mesma forma que nas demais comunidades marítimas, não existe sistema de esgotamento sanitário, apenas soluções individuais para o esgoto gerado. As fontes de renda consistem na pesca de peixes e artesanato. A comunidade conta também com uma cozinha comunitária, gerida por dois grupos de cozinheiras, mas que é utilizada para as atividades comunitárias como um todo.

As atividades presentes no cardápio turístico são: Almoço e Passeio pela Comunidade, Café caiçara e Visita na Igreja, Prática de caiaque, Pescaria (PIAÇAGUERA, 2014).

O Almoço e Passeio pela comunidade envolvem o conhecimento de curiosidades da comunidade, um passeio pela reserva de Mata Atlântica, visita à igreja construída sobre um sambaqui, e casas da região. O almoço inclui pratos típicos, com frutos do mar frescos preparados pelas pescadoras. O tempo previsto é de duas horas.

O Café Caiçara e Visita na Igreja incluem passeio pela comunidade para conhecer a igreja do sambaqui e café da tarde caiçara. O tempo previsto é de duas horas.

A Prática de caiaque permite o visitante aproveitar as belezas naturais da Baía de Paranaguá remando às margens da comunidade. O tempo é definido de acordo com o preparo físico do participante.

A Pescaria inclui a atividade em embarcação de pescador artesanal. Os visitantes conhecem a arte da pesca na Baía de Paranaguá e os pesqueiros da região. O tempo previsto de atividade é de no máximo três horas.

2.6 HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO DA REDE CAIÇARA DE PARANAGUÁ

Os dados abaixo foram embasados à partir de dois documentos: Programa de Educação Ambiental para a Comunidade – PEAC (TCP, 2014) e o Projeto de Desenvolvimento Comunitário do Turismo (TCP, 2013).

Com o objetivo de expandir o trecho do Cais Leste do Porto de Paranaguá, o Instituto Ambiental do Paraná - IAP notificou o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA em 2009, através do ofício 035/2009/IAP, sobre a solicitação do TCP pelo requerimento da Licença Ambiental Prévia - LAP sustentado pela apresentação de um Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Em julho de 2010, a TCP apresentou o RIMA ao IBAMA, resultando em uma audiência pública em 14 de dezembro de 2010 e a emissão de uma Licença Ambiental Prévia, LAP nº 401/2011, em 29 de abril de 2011.

A LAP “... atesta a viabilidade ambiental de empreendimentos, aprovando sua localização e concepção e estabelecendo condições a serem atendidas para a próxima fase”. Sendo assim, uma das condições apresentadas pela LAP foi o detalhamento do Plano Básico Ambiental – PBA, documento que especificaria os planos e programas propostos no RIMA.

No QUADRO 6 destacam-se os impactos diretos às comunidades identificados no RIMA de 2008 e os programas minimizadores propostos no PBA de 2011:

QUADRO 6 - IMPACTOS NAS COMUNIDADES E PROGRAMAS DE MINIMIZAÇÃO.

IMPACTO (RIMA)	PROGRAMA (PBA)
Mortandade local de peixes e outros pescados alvo, devido à asfixia ou envenenamento derivado de materiais em suspensão.	Programa de monitoramento da qualidade das águas estuarinas: detectar, através de análises periódicas, possíveis alterações nos parâmetros de qualidade da água na área de influência do TCP, buscando identificar mudanças nos parâmetros ambientais no sentido de identificar possíveis fontes poluidoras.
Dificuldade do trânsito através do Canal da Cotinga durante a fase de implantação e mudança nas características hidrodinâmicas da região, sobretudo no canal da Cotinga durante a fase de operação. Transtornos aos pescadores que utilizem o canal da	Programa de monitoramento da pesca artesanal: tem como foco a implementação de uma estrutura de monitoramento pesqueiro nas três comunidades (Ilha dos Valadares, Ilha da Cotinga, Ilha Perdida), a partir da realização de um diagnóstico do

Cotinga como via de acesso aos locais de pesca ou como local de pesca	esforço pesqueiro empregado nesta área e os seus respectivos padrões de produção, aspectos socioeconômicos e dinâmicas de pescarias, permitindo projeções futuras para a definição de ações conjuntas com os pescadores artesanais diretamente envolvidos.
Estabelecer a devida comunicação sobre os aspectos de planejamento das obras junto à comunidade	Programa de comunicação social: criar um canal de relacionamento contínuo entre o empreendedor e a sociedade, especialmente a população afetada diretamente pelas obras do empreendimento. Neste grupo incluem-se tanto os trabalhadores diretamente envolvidos, quanto a população da cidade de Paranaguá, especialmente na área do entorno do TCP, mais diretamente afetada pelas obras.
Não houve um impacto identificado predisposto à este programa de educação ambiental. Contudo, este resulta das condições da LAP nº 401/2011 emitida pelo IBAMA em que exige um programa de educação ambiental às comunidades e aos trabalhadores do porto.	Programa de educação ambiental às comunidades de entorno: proporcionar à população afetada pelo empreendimento, aqui definida como a escola mais próxima, a possibilidade de construir conhecimentos, no sentido dos valores, atitudes, interesse ativo, aptidões e habilidades necessárias à proteção e melhoria do meio ambiente.

FONTE: RIMA (2008); PBA (2011).
 NOTA: Organizado por O autor (2017).

Inicialmente, os impactos na pesca foram identificados como restritos à três comunidades, sendo a Ilha dos Valadares, Ilha da Cotinga e a Ilha Perdida.

Outro documento, elaborado em julho de 2011, nomeado de Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança considerava em seu diagnóstico socioambiental possíveis impactos das obras em núcleos pesqueiros de mais comunidades da baía, como Amparo, Eufrasina, Europinha, Piaçaguera, Teixeira e Vila Guarani. Como não foi tido o acesso à esse estudo concluído, bem como os PBA's de 2012 à 2015, mesmo tendo sido solicitado à Acquaplan, empresa de consultoria responsável, e ao TCP, não foi possível acompanhar a evolução desses estudos.

Em abril de 2012, o IBAMA expediu a Licença de Instalação nº 863/2012 em que autorizou o início das obras de ampliação do Cais Leste. As condições específicas exigiam a apresentação de relatórios semestrais e um relatório final de todos os programas ambientais detalhados no PBA de 2011. Além disso, as condições de validade do documento requeriam a apresentação do Estudo de

Análise dos Riscos atualizado, com foco no meio ambiente e na comunidade externa ao TCP, no prazo mínimo de 60 dias antes da finalização das obras.

Em 27 de março de 2012, o IBAMA instituiu a instrução normativa nº 2 que dispõe dos procedimentos claros e objetivos para a elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das ações dos Programas de Educação Ambiental – PEA apresentados como medidas mitigadoras ou compensatórias. O artigo 1 tornou a execução do PEA uma condicionante para as licenças concedidas ou para os processos de regularização do licenciamento ambiental federal. O artigo 3 exigiu o uso de metodologias participativas na definição, formulação, implementação, monitoramento e avaliação dos projetos.

Além disso, as prerrogativas indicadas para os projetos pelo próprio órgão licenciador – IBAMA eram de formar habilidades e competências para os grupos sociais afetados pelo empreendimento para controle social das políticas públicas; capacitar em atividades produtivas alternativas ligadas ao modo de vida local; e que a demanda coletiva da comunidade não seja responsabilidade do poder público e que tenha contrapartida da comunidade.

Diante desse contexto, o PEA referente ao licenciamento do projeto de ampliação do Cais Leste se iniciou em julho de 2012 com a realização do Diagnóstico Socioambiental Participativo, no qual algumas comunidades foram sensibilizadas entre os meses de agosto à dezembro. Foram consultadas as colônias insulares de Ponta do Ubá, São Miguel, Piaçaguera e Amparo; e os bairros urbanos Oceania, Costeira e Ilha dos Valadares. Por fim, um relatório do diagnóstico foi elaborado e enviado ao IBAMA

Três projetos foram validados em janeiro e tiveram início em 2013. São eles: Projeto de Educação para a Navegação Segura; Projeto de Desenvolvimento Comunitário do Turismo; Projeto de Educação ambiental para a Formação de Agentes Socioambientais.

O Projeto de Desenvolvimento Comunitário do Turismo teve início no final de janeiro de 2013 e durou até junho de 2014. As metas descritas no projeto inicial envolviam apenas as comunidades de Ponta do Ubá, São Miguel, Amparo e Piaçaguera na sensibilização da cultura local e do patrimônio natural para a definição de potenciais; em ações educativas para a criação de projetos e estratégias visando a exploração sustentável dos potenciais turísticos; na definição e implantação da estrutura para a recepção de turistas; na capacitação de guias para

oferecer serviços voltados ao turismo de natureza; na implantação participativa de um projeto de exploração do turismo de natureza com base na comunidade.

Os indicadores eram o número de participantes nas reuniões; o número de cadastrados para o curso de capacitação de guias; o número de participantes das oficinas correlacionadas ao tema; o número de participantes formados; a criação do projeto de forma participativa; o número de turistas que usufruísem dos serviços implantados nas comunidades; a sustentabilidade da atividade turística desenvolvida.

No primeiro semestre de 2013 foram realizados os encontros com o objetivo de sensibilização e capacitação da comunidade e a criação de projetos participativos. Diferente do projeto inicial, as reuniões descritas ocorreram nas comunidades que compõem atualmente a rede: Ponta do Ubá, São Miguel, Eufrasina, Piaçaguera e Ilha dos Valadares. Os assuntos discutidos, conforme QUADRO 7, foram divididos em quatro temas principais: sensibilização dos participantes para os potenciais locais; introdução a conceitos básicos do turismo; introdução ao meio ambiente, cultura e história; gestão ambiental do turismo.

QUADRO 7 - ENCONTROS DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO REALIZADOS EM 2013.

TEMA DO ENCONTRO	OBJETIVO	LOCAIS REALIZADOS
Sustentabilidade	Tornar compreensível o tema sustentabilidade e discutir sua aplicação no desenvolvimento de um projeto de turismo de base comunitária, passar conhecimento e reflexão sobre quais tipos de turismo são interessantes para a comunidade e qual tipologia do turismo.	Todas as comunidades.
Mapa dos potenciais	Sensibilizar os participantes dos encontros acerca dos potenciais ambientais, culturais, econômicos da região e gerar uma reflexão de como estes podem ser utilizados sustentavelmente no mercado turístico.	Ponta do Ubá; Ilha dos Valadares; Eufrasina; Piaçaguera.
Introdução aos serviços turísticos	Conhecer os principais tipos de serviços turísticos com base na teoria dos 4C's (comida, cama, caminho e compras), refletindo em como os potenciais comunitários podem ser transformados em serviços.	Piaçaguera; Ilha dos Valadares; Ponta do Ubá.
Inglês básico	Gerar reflexão sobre a necessidade de contínua preparação, discutir sobre o papel da linguagem na comunicação e como esta ocorre entre indivíduos de diferentes idiomas, além de introduzir à fonética da língua inglesa.	Ilha dos Valadares; Eufrasina; São Miguel; Ponta do Ubá.
Manguezal	Discutir as características do ecossistema Manguezal, sua diversidade biológica e	Todas as comunidades.

	importância ambiental. Refletir acerca das riquezas turísticas geradas pelo manguezal e sobre a importância de sua conservação.	
Guiamento de natureza e primeiros socorros	Apresentar alguns conceitos básicos de guiamento na natureza e primeiros socorros e discutir sobre os riscos nos caminhos turísticos da comunidade.	Ponta do Ubá, Piaçaguera, Eufrasina e Ilha dos Valadares.
Qualidade atendimento no	Discutir a importância da hospitalidade e da qualidade no atendimento prestado, a relação da cultura local com práticas de hospitalidade e a reflexão sobre a resolução de problemas.	Todas as comunidades.
Hospedagem	Conhecer a definição do termo Hospedagem e a tipologia do ramo, o detalhamento do termo hospedagem familiar e avaliação dessa possibilidade nas comunidades, a discussão dos critérios mínimos estabelecidos pelo Ministério do Turismo para hospedagem familiar de uma estrela, e o cadastramento das formas e pessoas interessadas em prestar este serviço.	Todas as comunidades.
História da Baía de Paranaguá	Dialogar sobre a história da baía de Paranaguá, os diferentes ciclos econômicos e história da população caiçara e realizar atividade para resgate da história da comunidade.	Todas as comunidades.
Cultura caiçara	Discorrer sobre os traços principais da cultura caiçara, além de conhecer melhor as manifestações culturais típicas, discutir sobre quais os fatores que causam o enfraquecimento da cultura e reconhecer na comunidade os componentes físicos e sociais da cultura Caiçara.	Eufrasina, Ponta do Ubá, São Miguel e Ilha dos Valadares.
Mata Atlântica	Trocar conhecimentos sobre a flora da Mata Atlântica, a caracterização e diferenciação das áreas preservadas e em regeneração, a identificação das fisionomias locais, além de discorrer sobre as principais espécies frutíferas e as que possuem usos para a comunidade.	Todas as comunidades.
Manipulação de alimentos	Esclarecer os bons hábitos de higiene e limpeza no ambiente de uma cozinha. Apresentar formas corretas de assepsia pessoal e do local de trabalho e os aspectos sobre os tipos de contaminação alimentar e formas de prevenção, através da exposição dialogada sobre o tema.	Todas as comunidades.
Economia e turismo	Demonstrar a importância econômica do turismo, discutir os fatores que influenciam na oferta e demanda do mercado turístico e discorrer sobre a cadeia do turismo, tratando de um futuro cenário local, levando em conta os serviços básicos do turismo.	Todas as comunidades.
Propaganda do turismo	Identificar as principais características positivas da comunidade e desenvolver as capacidades de comunicação oral diferenciadas, através da exposição dialogada e de uma dramatização de “comercial” do turismo na comunidade.	Ilha dos Valadares e São Miguel.
Legislação relacionada	Discutir alguns pontos da legislação do turismo	Todas as

ao turismo de base comunitária	aplicáveis ao turismo de base comunitária e conhecer os principais órgãos reguladores e fomentadores da atividade, como Fundação Municipal de Turismo.	comunidades.
Caminhos e trilhas locais	Realizar atividades de interpretação ambiental nas trilhas e caminhos das comunidades e conhecer potenciais turísticos.	Ponta do Ubá, Piaçaguera e Eufrasina.
Artesanato na comunidade Piaçaguera	Discutir os valores do artesanato sustentável, deste como cadeia produtiva do turismo e incentivo a geração de renda. Realizar oficinas e construir um estatuto para o trabalho das artesãs e incentivar o trabalho associado na comunidade.	Piaçaguera.
Encerramento e avaliação	Incentivar a reflexão para a construção de um projeto participativo de exploração do turismo. Realizar uma avaliação do espaço de diálogo e aprendizagem construído e avaliar pontos positivos e negativos dos encontros anteriores.	Todas as comunidades.

FONTE: Projeto de Desenvolvimento Comunitário do Turismo (Consulta em 2017).
 NOTA: Organizado por O autor (2017).

Vale destacar que no encontro da discussão de Hospedagem foi realizado o cadastro das unidades de hospedagem nas comunidades. Contudo, este cadastro não se encontra com os membros da rede ou nos arquivos da Acquaplan, bem como a avaliação dos resultados das oficinas.

A comunidade de São Miguel já havia realizado algumas atividades voltadas ao turismo advindas do Programa de Educação Ambiental em 2012, razão pela qual não aparece nas atividades iniciais da tabela acima. Devido à isso, em fevereiro de 2013, ela foi escolhida para receber um pacote de visitação experimental com o objetivo de gerar uma experiência real com o turismo. Foram nove turistas de diferentes instru es, idades, origens e culturas. A escola foi utilizada para as refei es e hospedagens familiares.

As atividades envolveram canoagem caiçara, trilhas, passeios de bicicleta e outras não descritas. A avalia o foi positiva nos itens de empenho, hospitalidade e organiza o. Os pontos negativos foram identificados na comunica o e no conhecimento, sendo este último não especificado. Houve um segundo grupo experimental em junho do mesmo ano, contudo, não há descri o dessa experiência.

Além dessas a es experimentais, foi desenvolvida uma página no facebook para promover o turismo em São Miguel (<https://pt-br.facebook.com/pages/Turismo-Sustentavel-na-Col nia-Insular-de-São>

[Miguel/363695377075280](https://www.facebook.com/Miguel/363695377075280)). Contudo, a última postagem foi em 25 de dezembro de 2015.

Os participantes dos cursos da Ilha dos Valadares também criaram uma página para divulgar as riquezas locais, nomeada de “Conhecendo Valadares” (<https://pt-br.facebook.com/pages/Conhecendo-o-Valadares/613719971987660>).

Esta, porém, teve sua última publicação em 14 de outubro de 2013.

Os cursos se encerraram tendo a duração de 52 horas e 62 participantes, sendo 10 de Ponta do Ubá, 19 de São Miguel, 6 de Piaçaguera, 9 de Eufрасina e 18 da Ilha dos Valadares. O relatório final identifica a satisfação dos indivíduos com os conteúdos e metodologias, e percebe o desejo por mais ações de capacitação e material sobre temáticas relacionadas ao turismo.

Em julho de 2013, novas reuniões foram realizadas em cada comunidade para a criação do projeto de turismo com os dados obtidos durante dos cursos. O projeto foi entregue ao presidente da Fundação Municipal de Turismo – FUMTUR e ao representante do TCP, Luiz Carlos Narok, responsável pelo financiamento do mesmo, durante a Cerimônia de Encerramento dos Cursos componentes dos Projetos de Educação Ambiental.

À partir de agosto de 2013 aconteceram ações com o objetivo de implantar o projeto. A primeira ação, nomeada de “Organização dos grupos e elaboração de regimentos”, envolveu discussões sobre regras de convivência, formas e organização do trabalho. Posteriormente foi desenvolvido um regimento para o funcionamento do turismo comunitário em cada comunidade seguindo um roteiro contendo o objetivo, critérios de participação, divisão de lucros e funções, criação de uma diretoria com dois representantes, secretários e tesoureiros, e outros itens não especificados. Além disso, foi elaborada uma lista com as principais deficiências técnicas, sendo elas: artesanato para a criação de placas, preparação de alimentos e guiamento de trilhas.

A segunda ação, nomeada de “Participação do grupo no 3º Colóquio de Turismo e Comunidades”, permitiu que as comunidades Ilha dos Valadares e São Miguel escrevessem trabalhos sobre o projeto de turismo comunitário e apresentassem no evento que ocorreu no setor Litoral da Universidade Federal do Paraná que reuniu professores, estudantes, pesquisadores, gestores e técnicos de instituições públicas, privadas e do Terceiro Setor, líderes e integrantes de comunidades locais.

As comunidades também participaram do 3º Festival de Turismo do Litoral. A ação permitiu que os participantes se apoderassem do significado de suas ações, tornando-se oradores em diálogos com diferentes grupos, e favoreceu a troca de conhecimento e experiências.

A terceira ação, nomeada “Pacote Experimental – escoteiros em São Miguel”, levou 50 pessoas, dentre crianças, adolescentes, pais e acompanhantes, pertencentes ao Grupo de Escoteiros Marechal Cândido Rondon, de Curitiba, para um pacote experimental que reuniu o roteiro tradicional com novas dinâmicas e atividades lúdicas específicas ao grupo com o tema de educação ambiental.

Com o objetivo de obedecer ao sistema de gestão ambiental elaborado pelo grupo gestor do turismo, os grupos foram divididos a cada 15 membros, tendo realizado as atividades em momentos diferentes. O meio de hospedagem utilizado foi o camping, e os banheiros da casa dos moradores foram alugados para dar suporte. As refeições foram servidas no Colégio Estadual do Povoado de São Miguel. Os roteiros e vivências realizadas foram “Trilha à comunidade Prainha Ponta de Ubá”, “Explorando o manguezal e prática de canoa caiçara” e “Coleta de mariscos e banho de maré”.

Por fim, com o objetivo de integrar as crianças da comunidade às atividades, houve uma troca de brincadeiras entre essas e os escoteiros e uma caça ao tesouro noturna. A ação resultou em avaliações positivas dos visitantes nos itens de conhecimento e interação com os ecossistemas, imersão cultural na comunidade e valorização da cultura caiçara. Para os gestores comunitários, o retorno financeiro foi significativo, resultando na criação de um fundo de reserva.

Derivado de uma das deficiências locais identificadas, a próxima ação ocorreu no mês de setembro em formato de oficina em todas as comunidades e buscou desenvolver placas para a sinalização turística à partir da confecção artesanal das mesmas pelo método de pirografia, definida como a escrita e desenho em madeira pelo fogo.

Em outubro, ocorreu a oficina “Expressão oral/corporal na condução de trilhas” com o objetivo de discutir e praticar exercícios de preparação vocal e expressão, identificando os pontos fortes e fracos de cada um e as principais características de um condutor local. Além disso, foi discutido sobre a importância da modalidade de seguro pessoal nomeada “seguro turista”, sendo destaque pelo fato de não existir legislação específica no Brasil e no Paraná.

Em novembro foi realizada a oficina “Passeio Ciclístico no Turismo e manutenção emergencial de bicicletas” buscando atender a necessidade de capacitação visto que as comunidades de São Miguel e Ilha dos Valadares trabalhariam com passeios ciclísticos. A oficina aconteceu também em Eufrasina e Ponta do Ubá.

No mesmo mês aconteceu também a oficina “Preparação de alimentos e valorização dos potenciais locais”. O local de encontro de todas as comunidades foi a cozinha comunitária de Piaçaguera. Inicialmente, os participantes tiveram uma palestra com indicações de segurança alimentar, higiene, materiais e manutenção do espaço para preparação de alimentos. Para a oficina, os participantes trouxeram um ingrediente local de cada comunidade e foram estimulados a prepararem um cardápio com os alimentos – mandioca, peixe, camarão e siri. Foi abordado a teoria e a prática da preparação de iscas de peixes congeladas, elaboração de nhoque de mandioca com recheio de siri ou camarão e, preparação de aperitivos de mandioca. Posteriormente, houve a abordagem de formas de congelamento de polpas de frutas nativas e também o potencial destas para a preparação de sobremesas e sucos.

Uma última ação buscou suprir a demanda específica de equipamentos básicos de cada comunidade. Ponta do Ubá recebeu guarda sol, cadeiras de praia e esteiras, construção de banheiros em três locais para atender ao camping familiar, e uma reforma na cantina visando uma área para realizar ações em grupo. São Miguel recebeu bicicletas, mobília e materiais de cozinha, construção de um quiosque caiçara para refeições e receptivo dos visitantes. Piaçaguera recebeu caiaques e materiais de estrutura e utensílios de cozinha. Em Eufrasina foi construído um espaço para ser a cozinha comunitária e a associação dos moradores. Ilha dos Valadares recebeu um gazebo – espécie de tenda -, dez bicicletas e quatro caiaques.

Em dezembro de 2013, ocorreram as reuniões de encerramento. As principais demandas para o futuro das comunidades foram a capacitação mais específica, instalação de melhores estruturas, a divulgação dos pacotes e estabelecimento de parcerias.

Visando atender às demandas, foi elaborado o logo da Rede Caiçara e materiais físicos de divulgação. A logo foi veiculada no canal de comunicação social no site da TCP, e foram feitas reuniões com uma agência de ecoturismo local e a Fundação Municipal de Turismo – FUMTUR para fomentar a divulgação.

FIGURA 2 - MARCA DA REDE CAIÇARA.

FONTE: Estudo Ambiental TCP (2011).

Em outubro de 2013, a Ilha dos Valadares recebeu o primeiro pacote experimental com 15 pessoas. O roteiro incluiu visita ao Centro Cultural Mandicuera, demonstração de fandango, degustação do barreado (comida típica) e confecção artesanal de farinha. O critério riqueza cultural foi bem avaliado, enquanto a hospitalidade e a organização tiveram falhas apontadas. Entre abril e junho de 2014, foram ofertados cinco pacotes de passeios ciclísticos na ilha para grupos de 1 a 9 pessoas, que incluíam visitantes da cidade e grupos de professores.

Já em janeiro de 2014 foi a vez de Eufrasina realizar o roteiro experimental com 09 turistas que incluiu trilha com conversa pela comunidade, banho nas águas da baía de Paranaguá, almoço com a culinária típica local e trilha pela Mata Atlântica com banho de rio. A avaliação foi positiva.

Em junho de 2014, Ponta do Ubá recebeu 38 visitantes experimentais dentre alunos, acompanhantes e docentes do curso de Gestão Ambiental das Faculdades Integradas Camões, de Curitiba. O pacote foi formatado como visita técnica de acordo com a demanda dos professores, e incluiu atividades de educação ambiental sobre a Mata Atlântica e manguezal, vivência cultural, prática de canoagem e “roda de conversas” para trocas de experiências entre alunos e comunidade. A

hospedagem utilizada foi camping familiar. A avaliação foi positiva em todos os quesitos avaliados.

Dado o histórico da rede, o próximo tópico refere-se à metodologia usada durante esse estudo e introduz os instrumentos e a coleta de dados para a pesquisa *in loco* nas comunidades.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A escolha do objetivo inicialmente era de investigar as iniciativas de TBC no Paraná. Contudo, a tentativa de contato com essas iniciativas não obteve respostas, resultando na delimitação do objeto de estudo. Em Guaraqueçaba, o contato feito via e-mail com a Cooper guará não obteve resposta e os telefones não funcionaram. A Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental, responsável pelo projeto que criou a Cooper guará, foi contatada via telefone e informou o e-mail de seu membro responsável pelo projeto. Este, contudo, não respondeu o e-mail.

Em Morretes, nenhuma informação sobre o TBC no Rio Sagrado foi encontrada sendo vinculada na internet. Não há informações de contato com a Associação dos Moradores do Rio Sagrado – AMORISA e não foram encontrados projetos recentes que contemplassem o TBC na região.

No município de Turvo, também não foram encontradas informações referente ao TBC na região ou informações resultantes do projeto contemplado pelo edital do Mtur de 2008.

Diante disso, a pesquisa voltou-se especificamente à iniciativa de TBC realizada pela Rede Caiçara de Turismo Comunitário em Paranaguá. O objetivo geral é analisar a gestão do TBC da Rede Caiçara. Os objetivos específicos são de realizar uma investigação das características próprias do TBC e as principais dificuldades encontradas em seu desenvolvimento, identificar o perfil da demanda desse tipo de turismo e os principais projetos brasileiros, e investigar *in loco* o turismo nas comunidades da rede.

A pesquisa de campo foi realizada em quatro das cinco comunidades que compõe a Rede Caiçara: Ilha dos Valadares, Eufrasina, Ponta do Ubá e Piaçaguera. A comunidade de São Miguel optou por não participar do estudo com o argumento de que atenderiam apenas grupos. Foi adquirido o Pacote Caiçara que inclui visita em todas as comunidades durante 4 dias, transporte, refeições, hospedagem e atividades. A visita aconteceu entre os dias 25 e 28 de julho de 2017.

QUADRO 8 - OBJETIVOS E MÉTODOS DA PESQUISA.

OBJETIVO GERAL	Analisar a gestão do turismo de base comunitária da Rede Caiçara de Turismo Comunitário.		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	Identificar o conceito de turismo de base comunitária e os impasses desse tipo de turismo.	Identificar o perfil da demanda e os principais projetos brasileiros de turismo de base comunitária.	Investigar o turismo nas comunidades da Rede Caiçara de Turismo Comunitário.
FONTE DE DADOS	Bibliografia Secundária /	Bibliografia / Secundária	Campo / Primária
INSTRUMENTOS DE COLETA	Pesquisa bibliográfica documental e	Pesquisa bibliográfica documental e	Roteiro / Formulário
PROCEDIMENTOS DE COLETA	Pesquisa bibliográfica	Pesquisa bibliográfica	Pesquisa de Campo
ANÁLISE DOS DADOS	Revisão de Literatura	Revisão de Literatura	Análise Descritiva

FONTE: O Autor (2017).

3.1 TIPO DE PESQUISA

Essa pesquisa tem seu objetivo configurado como exploratório que, conforme Gil (1999), “[...] têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Este tipo de pesquisa se encaixa com o contexto desse trabalho, pois se evidencia a falta de bibliografia do turismo de base comunitária no Paraná e, mais especificamente, sobre a Rede Caiçara de Turismo Comunitário. Dessa forma, complementando a teoria de Gil, a força desse tipo de pesquisa está no manejo conceitual, rigorosidade lógica, imaginação e capacidade especulativa do pesquisador (ARZTEGUI, 2013). Geralmente, as pesquisas exploratórias assumem a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso (GIL, 2008).

O estudo será conduzido por uma abordagem qualitativa por haver a preocupação em compreender e explicar a dinâmica das relações sociais (GERHARDT, SILVEIRA, 2009). Nesse tipo de abordagem se enquadram os seguintes procedimentos: estudo de caso, a pesquisa de levantamento, a pesquisa

bibliográfica, a pesquisa documental, a pesquisa participante e a pesquisa experimental (RAUPP, BEUREN, 2012).

O procedimento escolhido é o de pesquisa participante, caracterizada pelo envolvimento entre os pesquisadores e os pesquisados durante o processo (GIL, 1999). Conforme Silva e Grigolo (2002), nesse procedimento “O tema escolhido deve indicar, de partida, a fundamentação teórica que orientará uma pesquisa em que os indivíduos a serem observados passam a constituir, eles próprios, o objeto máximo de estudo”.

3.2 TÉCNICAS DE PESQUISA

Para este estudo foram escolhidas duas técnicas de pesquisa a serem utilizadas. A primeira técnica ocorre através do método de observação, e a segunda através do método de entrevista.

O método de observação é entendido de diferentes formas pelos autores. Marconi e Lakatos (2010) definem a técnica escolhida para o presente estudo como observação assistemática, a qual consiste no registro de fatos da realidade sem fazer uso de meios técnicos ou perguntas diretas. Para isso, o pesquisador deve saber quais os aspectos da comunidade ou grupo que são significativos para alcançar os objetivos pretendidos (GIL, 1999). Esses aspectos são encontrados através da bibliografia que compõe o marco teórico.

A técnica de entrevista permite ao investigador a formulação e a aplicação de perguntas ao investigado com o objetivo de obter dados que busquem responder ao objetivo do estudo (GIL, 1999). Para este trabalho foi escolhido a entrevista semi-estruturada, caracterizada por um roteiro e pelo incentivo ao entrevistado para que fale livremente sobre assuntos que se desdobram do tema principal (GERHARDT, SILVEIRA, 2009). Segundo Gil (1999), esse tipo de entrevista é recomendado à estudos exploratórios por possibilitar a abordagem de realidades pouco conhecidas, tendo a necessidade de recorrer a informantes-chaves como especialistas no tema de estudo, líderes formais ou informais, e outros para a coleta de dados.

3.3 COLETA DE DADOS

A investigação preliminar do trabalho, que consiste nos dois primeiros objetivos específicos, é caracterizada pela coleta de dados de fontes bibliográficas e documentais, caracterizadas como fontes secundárias (MARCONI, LAKATOS, 2010).

A investigação para alcançar o terceiro objetivo específico envolve a coleta de dados através de um roteiro de observação em que contempla aspectos significativos que visem alcançar respostas ao problema de estudo; e através de um formulário de entrevista que contempla assuntos-chaves referentes ao tema para incentivar o entrevistado a falar livremente à respeito.

3.3.1 CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

- Roteiro de observação do campo:
 - Verificar o grau de controle e gestão da atividade turística pela comunidade;
 - Verificar como a comunidade está organizada (Instituições, Estatutos e Regimentos Internos, hierarquia, lideranças, tomada de decisão) e as relações entre os membros internos (envolvimento das mulheres, comprometimento e participação) e externos, tendo em mente a influência do empoderamento individual e comunitário;
 - Obsevar a integração das atividades econômicas e sociais nas escalas local e regional;
 - Verificar a relação entre comunidade e meio ambiente;
 - Verificar como se dá a dinâmica da cultura na experiência turística.

- Formulário de entrevista com os gestores e membros da rede:
 - Indagar como é feita a distribuição dos benefícios gerados;
 - Questionar a existência de iniciativas ambientais;
 - Verificar o conhecimento sobre o papel da rede na escala local, regional e nacional;
 - Questionar a existência de problemas na gestão do turismo;

- Verificar se há relações com outros atores públicos ou privados (intermediários);
 - Verificar se a Rede considera o desenvolvimento da comunidade como um todo ou se atenta apenas para a atividade turística.
- Formulário de entrevista com as agências de viagens:
- Questionar os aspectos da demanda com a qual trabalha;
 - Indagar sobre a possibilidade de trabalho com a Rede Caiçara de Paranaguá e os resultados advindos do envolvimento anterior com esta.

3.3.2 TABULAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A interpretação e análise de dados foram realizadas através das seguintes fontes:

Dados coletados à partir do campo através do roteiro de observação;

Dados coletados à partir do campo através de entrevistas com gestores e participantes da rede. Os gestores referem-se às lideranças das comunidades, responsáveis pela gestão e operacionalização dos serviços. Os participantes são os outros membros que participaram da experiência de campo.

Dados coletados à partir do campo através de entrevista com duas agências de viagens de Curitiba: *Brazilian Experience* e *Gondwana*. Essa demanda surgiu durante a entrevista com os gestores, que informaram o interesse das agências no trabalho da Rede Caiçara;

Dados de documentos ofertados por um membro da Acquaplan: o Programa de Educação Ambiental para a Comunidade (PEAC) em que constam informações de todo o processo do desenvolvimento da atividade turística até a formação da Rede Caiçara; e o Projeto de Desenvolvimento Comunitário do Turismo, que contém as etapas técnicas e ações, o cronograma e os detalhes dos recursos humanos.

A tabulação e interpretação dos dados ocorreram à partir da comparação entre os dados já obtidos e os dados adquiridos pelo campo, resultando em uma análise qualitativa e descritiva.

Os nomes dos membros da rede citados no texto foram trocados para nomes de peixes locais para manter o anonimato. São eles: guiri e gangata.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 ANÁLISE DA REDE CAIÇARA DE TURISMO COMUNITÁRIO DE PARANAGUÁ

No dia 25 de julho, o roteiro incluiu atividades na Ilha dos Valadares com a companhia de dois condutores. Foram feitas as atividades de caiaque pelo Mar de Lá, passeio de bicicleta pela Ilha e visita à atrações.

No Centro Cultural Mandicuera foi possível conhecer os instrumentos de fandango e conversar com o mestre que os produz, visitar a capela e o manguezal na companhia do mesmo e ouvir suas histórias. O pernoite e as refeições, com exceção de um almoço que aconteceu em um restaurante, foram na hospedagem familiar.

FIGURA 3 - CENTRO CULTURAL MANDICUERA.



FONTE: O autor (2017).

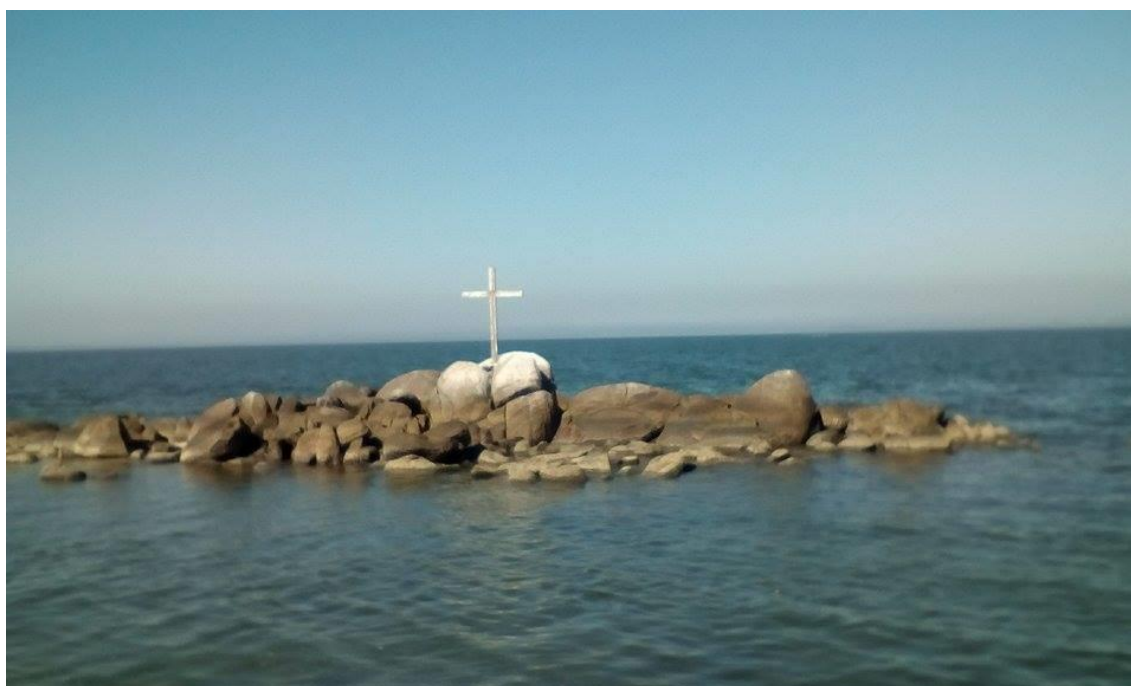
Os pontos fortes do primeiro dia do roteiro foram a receptividade dos membros, as refeições, o conforto da casa, a visita ao Centro Cultural Mandicuera, o passeio de caiaque na Baía de Paranaguá, e os conhecimentos trocados durante as

refeições com o morador sobre pescaria, astronomia, condução de barcos e níveis da maré.

Os pontos negativos foram o excesso de informação durante o passeio de bicicleta, parecendo não haver um foco temático, e a falta de conhecimento prévio do roteiro que provocou uma sensação de que a ordem das atividades era definida no momento. Além disso, a Ilha dos Valadares é uma comunidade urbanizada, em que o modo de vida caiçara se mostrou escondido. A cultura caiçara teve maior expressão no Centro Cultural Mandicuera.

No dia 26 de julho, o roteiro incluía o transporte até Ponta do Ubá, com previsão de chegada ao meio dia, e às 17 horas o transporte para Piaçaguera. Em Ponta de Ubá foi tido um almoço com a família do condutor em sua casa, com diversas opções de peixes locais, e na parte da tarde foi feita a Trilha da Aguada com o guiamento e explicações da fauna e flora pelo condutor. Ao final da trilha, no Morro da Cruz, houve a explicação e a apresentação de formas de coleta de mariscos e a apreciação da paisagem da Baía de Paranaguá. Após o retorno, o barco seguiu até Piaçaguera, chegando à noite na casa da família do condutor. O jantar foi com a mesma e também incluiu peixes locais no cardápio.

FIGURA 4 - MORRO DA CRUZ.



FONTE: O autor (2017).

Os pontos fortes do segundo dia do roteiro foram a diversidade do almoço, que incluiu mais de três tipos de peixes, a trilha pela Mata Atlântica, a receptividade da comunidade, a vivência e o aprendizado sobre a coleta de mariscos e a paisagem natural.

Os pontos fracos foram a falta de informação ao chegar em Ponta de Ubá, em que não havia nenhum membro da rede para o acolhimento, havendo a necessidade de pedir ajuda aos moradores locais e o longo atraso do barco na partida para Piaçaguera.

O dia 27 de julho seguiu com o café da manhã, o almoço, um passeio pelo manguezal e pela Mata Atlântica e curiosidades sobre a fauna e a flora desses ecossistemas, visita externa a igreja construída sobre o sambaqui, e a oportunidade de conversar com um pescador enquanto tecia a sua rede de pesca. O pernoite foi em quarto simples, conjugado com a sala da casa, e a porta era um pano estendido, sem muita privacidade.

Às 17 horas, o roteiro seguiu para Eufrasina através do barco do mesmo condutor de Piaçaguera, alcançando a comunidade à noite. O jantar e o pernoite foram na casa da família receptora. O quarto era simples, a cama era de casal e o colchão era desconfortável.

Os pontos fortes do terceiro dia foram a receptividade da família acolhedora, a aprendizagem de diversos tipos de frutas típicas da Mata Atlântica, o almoço, o conhecimento de lendas locais, e a visita à igreja construída sobre o sambaqui.

Os pontos fracos foram a falta de privacidade na casa da família, o excesso de informações durante a caminhada pela comunidade e ecossistemas e a duração da mesma.

O roteiro do último dia incluiu o almoço em Eufrasina, a visita à casa de uma moradora que produz farinha artesanalmente e a trilha para o rio dos “Meus Canecos”. À tarde, o roteiro retornou à Ilha dos Valadares.

Os pontos fortes do último dia foram a receptividade da família acolhedora, a paisagem natural da comunidade, construída sobre uma formação de pedras, as refeições, o banho de rio no final da trilha e a visita à produção de farinha na casa da moradora.

Os pontos fracos foram a acomodação da casa, a falta de informação entre os membros da rede, que resultou no término da visita mais cedo do que havia sido

combinado, e na ligação posterior do morador da casa acolhedora cobrando o valor do passeio que já havia sido pago.

De uma forma geral, a experiência foi rica em aprendizado, imersão no cotidiano da comunidade e evasão do cotidiano da cidade, contudo, há potencial para melhorias em vários aspectos.

Seria importante oferecer a possibilidade de escolha das atividades e dar informações previamente das mesmas e do roteiro. Além disso, existe a oportunidade de criar diversas vivências e oficinas para inovar os roteiros e deixá-los mais atrativos. Para isso, é preciso refletir sobre o tipo de visitante que almeja atrair ou no que já atrai para, assim, oferecê-lo uma experiência mais autêntica. Cada comunidade pode definir o tipo de público que almeja receber de acordo com o seu potencial e dedicar às atividades à este. Dessa forma, a rede poderia promover cada comunidade com um diferencial, atingindo diversos públicos e suprimindo a necessidade de todas elas.

Alguns condutores estavam inseguros durante as atividades. É preciso identificar os pontos fracos ouvindo os membros para que a Rede trabalhe no aprimoramento destes.

O QUADRO 9 sintetiza os aspectos positivos e os negativos ocorridos durante a experiência.

QUADRO 9 - DIRETRIZES PARA ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO.

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
Receptividade da comunidade.	Excessividade de informações repassadas pelos condutores.
Diversidade de alimentos típicos nas refeições.	Falta de informação prévia do roteiro.
Aprendizagem de aspectos da cultura caiçara.	Falta de privacidade e conforto em algumas acomodações.
Aprendizagem de aspectos dos ecossistemas.	Desvio de informação e falta de comunicação entre os membros da rede.
Conforto em algumas acomodações.	Duração excessiva de algumas atividades.
Paisagem natural de Ponta de Ubá e Eufrasina.	Falta de leitura da paisagem e relação com o modo de vida caiçara.
Imersão no cotidiano e evasão da cidade.	Impossibilidade de alterar o roteiro.

NOTA: Organizado por O autor (2017).

Os próximos tópicos abordam a análise da experiência de acordo com as características do TBC. Os dados resultam do roteiro de observação, das entrevistas com gestores e membros da rede e das entrevistas com as agências de viagens.

4.2 DOMINIALIDADE

Os critérios da dimensão da dominialidade envolvem o controle, a propriedade e a gestão do turismo local. A metodologia utilizada no processo de desenvolvimento da atividade turística foi participativa, envolvendo os membros da comunidade interessados que se dispunham a participar das reuniões e cursos de capacitação. Além disso, no início de 2013 ocorreu a oficina de sustentabilidade, na qual foram discutidas as tipologias do turismo e quais eram de interesse da comunidade, e a oficina de mapeamento dos potenciais locais. À partir da pesquisa de campo, foi observado que as quatro comunidades visitadas não demonstraram domínio sobre a atividade turística. Isso se dá ao fato de não possuírem o conhecimento técnico necessário para conduzi-la.

A gestão da rede é feita por lideranças na Ilha dos Valadares. Guiri, membro da rede, é o responsável pela condução de turistas e pela comunicação do e-mail juntamente com o Gangata, membro da *Acquaplan*, que também auxilia na administração do site, *instagram* e a página do *facebook* da rede. Os membros utilizam o tarifário, chamado de cardápio turístico, para comercializar os roteiros. Estes não tiveram sua estrutura e o preço atualizados desde 2014.

Outra dificuldade observada foi em relação ao desconhecimento das unidades de hospedagem. Apesar do cadastro dessas ter sido realizado em 2013, as lideranças da rede e das comunidades desconhecem a capacidade máxima de acomodações. Conforme relatado anteriormente, o documento elaborado em 2013 não se encontra sob a posse de nenhum membro, bem como a avaliação das oficinas realizadas.

Quando questionados sobre o principal problema da baixa atração de turistas, os membros da rede responderam que seria a divulgação. Em relação à esta, as ações de promoção acontecem pontualmente, realizadas pelos membros da Ilha dos Valadares, sem um planejamento prévio, operando de acordo com a disponibilidade dos mesmos. Uma das ações que ocorreu no período de campo foi durante a corrida de caiaque promovida pela prefeitura que aconteceu nos dias 29 e 30 de julho, data do período festivo de aniversário da cidade. Dois membros de Valadares instalaram o gazebo próximo ao local da corrida e distribuíram panfletos. Outra ação ocorreu em agosto à partir de uma reunião com a prefeitura, que resultou na inclusão de um

banner e informações da Rede Caiçara no *site* institucional da prefeitura, tendo o seu conteúdo acessível no setor turístico do *site*.

Outra dificuldade encontrada foi na carência de informações detalhadas no *site* da rede (<https://redecaicara.wordpress.com/>). Como principal canal de venda, o *site* deveria conter mais informações, como aspectos da cultura caiçara, localização das comunidades, os tipos e qualidade de acomodações, detalhes sobre as refeições, a possibilidade de atender à turistas vegetarianos, fotos do local e dos atrativos, informações dos condutores e membros da rede, informações do artesanato local, dentre outras. Essa carência, somada à falta de intermediários no processo de venda e o abandono das mídias sociais, contribuem para a baixa demanda.

Além disso, constatou-se que o turismo não é a atividade principal e que envolve a maioria dos moradores. Por este último motivo, a atividade não tem reconhecimento de sua importância, o que resulta na desistência de alguns membros de participarem da rede e na disputa de alguns espaços com outras instituições, como a Associação dos Moradores. Exemplificando: a cozinha comunitária de Piaçaguera e Eufrasina pertencem à associação, ficando disponível à estes ou para a igreja quando solicitado. Caso alguma dessas comunidades receba turistas no dia em que há outro evento marcado, os visitantes poderão ter suas atividades canceladas se o responsável pela tomada da decisão considerar esta escolha.

Um dos pontos destacados pelas comunidades durante a reunião de encerramento do projeto em 2013 foi a necessidade de capacitação mais específica. Contudo, a rede não promove encontros entre as comunidades periodicamente ou eventos de interesse turístico ou comunitário para identificar e oferecer suporte à essas carências. Os cursos que ocorrem são promovidos pela Acquaplan, e os eventuais grupos que se interessam em conhecê-los também são trazidos através dessa empresa.

Percebeu-se que a gestão da atividade turística foi entregue à comunidade à partir da criação da rede. Entretanto, os membros desta ainda não sabem atuar como uma rede, e ainda precisam de conhecimentos técnicos sobre como gerir a atividade turística. Um dos fatos que contribuíram para isso foi a falta de indicadores qualitativos na análise do projeto que desenvolveu o turismo comunitário. Mielke e Pegas (2013) indicam a importância de utilizar critérios qualitativos como o

entendimento da dinâmica turística pelos membros, o nível de cooperação dos mesmos, o conhecimento dos públicos de interesse e suas relações com estes, o comprometimento, a participação, a presença de estatutos e regimentos para organizar o grupo, dentre outros.

Entretanto, a Acquaplan exerce a função de tutela ao desenvolver ações, encaminhar turistas, e atuar no diálogo com os turistas através do e-mail da rede.

4.3 ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

A lista de membros da rede durante o momento dessa pesquisa registrou 42 membros, sendo 10 de Valadares, 10 de São Miguel, 10 de Ponta do Ubá, 6 de Eufrasina e 6 de Piaçaguera.

A organização da rede ocorre de forma informal, não havendo papéis institucionalizados, mesmo esta possuindo um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ. Os cursos no período de formação da rede resultaram em um documento de regimento em que constavam as funções de cada membro, os critérios de participação, a divisão de lucros e uma diretoria com representantes, secretários e tesoureiros. Contudo, este documento não se encontra em posse de nenhum membro.

No âmbito local de cada comunidade, a organização acontece através de lideranças que repassam as informações recebidas da Ilha dos Valadares aos outros membros que decidem se aceitam ou não acompanhar o turista ou o grupo e se organizam em seguida operacionalmente.

Esta organização é debilitada pela dificuldade na comunicação entre as comunidades, devido à falta de sinal de celular e a distância entre elas, sendo Piaçaguera, Eufrasina, Ponta do Ubá e São Miguel acessíveis apenas por via marítima.

Além disso, o comprometimento de alguns membros depende da quantidade de turistas interessados, critério que está relacionado à quantificação da margem de lucro, a qual terá poder de influência sobre a tomada de decisão. Exemplificando: a comunidade de São Miguel não se mostrou comprometida, tendo recusado a receber o autor desse estudo mesmo estando inclusa no roteiro escolhido, sob a justificativa de que receberiam apenas grupos grandes, devido à viabilidade econômica.

Outro fato observado é de que as lideranças das comunidades e os demais membros, com exceção da Ilha dos Valadares que mantém contato com todas, não se dialogam e não possuem informações das outras comunidades. A percepção é de que a relação intercomunitária é individualizada devido à falta de reuniões e encontros eventuais, não havendo a compreensão dos benefícios do trabalho em conjunto em formato de rede. Isso ocorre pela dificuldade em reunir os membros, derivada da falta de transporte público entre as comunidades e a ausência de recursos para transporte privado.

Também é importante relatar que foi observado o desconhecimento da maioria dos membros dos benefícios de se associarem com o objetivo de solicitar políticas públicas aos órgãos responsáveis. É preciso empoderar os membros para que busquem melhorias às comunidades que impactem na atividade turística. Exemplificando: um dos problemas relatados foi a inexistência de transporte público fluvial que alcançasse as comunidades de Piaçaguera, Eufрасina e Ponta do Ubá. A falta desse serviço traz consequências sociais negativas e impacta na atividade turística diretamente.

4.4 DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA

A distribuição dos recursos gerados é feita de forma igual entre todos os membros que ajudaram no atendimento do turista, independente do trabalho realizado. Do valor total, retira-se uma taxa que permanece em caixa para ser utilizada na manutenção, e com o restante é feita a divisão.

A Ilha dos Valadares retém 15% do valor no caixa para manutenção, enquanto Piaçaguera, Eufрасina e Ponta do Ubá retêm 10%.

Essa distribuição foi definida nas reuniões que ocorreram durante o processo de formação da rede e não há divergências de opiniões sobre o assunto por parte dos membros.

4.5 INTEGRAÇÃO DO TURISMO COM OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Outras atividades desenvolvidas pelos membros são incluídas na atividade turística, como a pescaria e o artesanato. A diversidade de peixes e mariscos faz parte da oferta gastronômica inclusa nos roteiros, podendo exercer atratividade à partir da associação com a cultura caiçara e devendo participar como objeto de divulgação. É necessário verificar também a possibilidade da venda direta dos peixes e mariscos aos turistas, caso haja interesse, compondo mais uma alternativa de renda.

O artesanato, em sua diversidade oriunda do aprendizado de diversos cursos da Acquaplan, não é ofertado. Este item também exerce atratividade ao turista, sendo o objeto que materializa a experiência e ancora a lembrança, podendo também exercer a função de divulgação. É necessário realizar um levantamento do potencial artesão local das comunidades para discutir o interesse, as formas e a adequação desse item na comercialização conjugada com o turismo, bem como introduzi-lo nas ações de divulgação.

Durante o campo, na visita a Centro Cultural Mandicuera, o mestre Aorelio Domingues fez uma demonstração dos instrumentos caiçaras produzidos por ele e informou sobre a venda dos mesmos, afirmando que há grande procura por estes itens agregados fortemente pelo viés cultural. Os valores ultrapassavam R\$ 1.000,00.

É preciso repensar essas duas atividades em conjunto com as comunidades e agregá-las de diferentes formas aos processos turísticos.

Outra possibilidade é de articular a rede com a hotelaria de Paranaguá para que o artesanato seja ofertado aos hóspedes em conjunto com uma ação de promoção, podendo ser um panfleto ou outro item. Além disso, deve-se verificar a possibilidade de agregar outros produtos locais à cadeia produtiva do turismo. Exemplificando: as comunidades fornecerem peixes, mariscos e afins aos restaurantes dos hotéis.

4.6 ELEMENTO CULTURAL

Na Ilha dos Valadares houveram elementos da cultura caiçara interessantes. Enquanto a paisagem da comunidade é, em sua maioria, urbana, o passeio de caiaque permitiu a observação da paisagem natural do manguezal e da baía de Paranaguá. Nesta, os condutores relataram algumas lendas locais de navios e tesouros submersos.

FIGURA 5 - PASSEIO DE CAIAQUE NA BAÍA DE PARANAGUÁ.



FONTE: O autor (2017).

O contato intenso com a cultura caiçara aconteceu no Centro Cultural Mandicuera através da figura do mestre do fandango, os instrumentos produzidos por ele e a visita ao centro religioso.

A seqüência das atividades não permitiu uma leitura uniforme, mas sinuosa, de forma que as características da cultura caiçara aparecessem pontualmente sem terem associação com a comunidade e o ambiente. É preciso pontuar a necessidade de melhorar a leitura do roteiro, para que seja possível visualizar uma associação entre os elementos da cultura caiçara, o ambiente e os moradores, permitindo um aprofundamento cultural e a imersão no cotidiano caiçara.

Em Ponta de Ubá, as características da vida caiçara são mais distinguíveis devido ao ambiente natural que contrasta com o modo de vida urbano. As características culturais foram destacadas durante a trilha para o Morro da Cruz, em que o condutor mostrou diversas espécies de plantas da Mata Atlântica, e durante a experiência de reconhecer e coletar mariscos no final da trilha.

A refeição também permitiu uma troca de saberes sobre espécies de peixes e formas de pescaria.

Nessa comunidade identificou-se que, assim como Valadares, é preciso melhorar a leitura do roteiro, permitindo uma imersão mais profunda na cultura caiçara. Os turistas não sabem quem são os caiçaras e quais as características que definem esse modo de vida, e nem os moradores, quando questionados, souberam definir o que é o caiçara. Além disso, o ambiente natural possibilita criar uma diversidade de vivências que podem ser ofertadas ao turista.

Em Piaçaguera, a cultura foi vivenciada através da trilha pela comunidade, pela Mata Atlântica e pelo manguezal; e através da troca de saberes com a família receptora e com os pescadores locais. Nessa comunidade, a hospitalidade foi a característica mais significativa. Os moradores não mediram esforços para que a experiência fosse enriquecida.

Aqui, o aspecto a ser pontuado para melhorar a experiência é de “enxugar” excessos. É preciso focar no objetivo da atividade para que não a torne cansativa. O percurso da trilha se alongou, também devido à excitação do condutor, que estava em sua estreia. Por outro lado, foi identificado um potencial em criar vivências no manguezal e atividades voltadas à flora local, rica em espécies de frutas típicas da Mata Atlântica desconhecidas pela maioria das pessoas.

Em Eufrasina, o aspecto da cultura caiçara foi o menos recorrente. O único aspecto distinto da cultura visto na comunidade foi a visita à casa de uma moradora que fabrica farinha de mandioca. Além disso, uma das atividades realizadas não fazia parte do cardápio turístico. O condutor informou que haveria búfalos na fazenda a ser visitada, contudo, após uma caminhada de trinta minutos não foi possível ver os animais.

Os aspectos pontuados foram a necessidade de se trabalhar atividades de vivência caiçara, desenvolver um trabalho com os condutores para que enriqueçam a experiência com informações e atividades atrativas, e que ofereçam ao turista a opção de escolha das atividades.

4.7 ELEMENTO AMBIENTAL

Em cada comunidade foi desenvolvido o projeto Troca Solidária, também como compensação ambiental pela obra do porto, com parceria da Associação de Recicladores Nova Esperança. O projeto consiste na troca de resíduos devidamente embalados dos moradores por uma moeda social, que tem o mesmo valor do Real. O objetivo é que a autonomia das comunidades seja alcançada e que o processo de encaminhamento de resíduos ocorra sem a necessidade do câmbio monetário. A troca acontece uma vez ao mês e, com a moeda social, os moradores podem adquirir mantimentos para as suas famílias.

Em campo, foi visto que a atenção dos moradores é voltada para o resultado final do projeto. É preciso que os mesmos reconheçam a importância do trabalho da separação do lixo e os impactos advindos da não realização desse processo.

Conforme relatado pelo condutor de Piaçaguera, é possível utilizar a moeda social para adquirir bens para o turismo. Contudo, seria necessário que os moradores se reunissem com esse objetivo em comum. E como as comunidades possuem poucos membros articulados para o turismo, a atividade não é vista como prioritária pela Associação dos Moradores.

A rede também poderia atuar em conjunto para a melhoria do turismo dessas comunidades através desse projeto, incentivando os membros que se unissem em prol de resgatar bens e equipamentos que pudessem ser utilizados para o turismo através dessa moeda social.

4.8 INTERMEDIÁRIOS

A agência *Brazilian Experience* tem o foco na promoção de intercâmbios para o público estrangeiro. A rede caçara não compõe o produto principal deles, mas é vista como complemento à experiência estrangeira ao instigar nos turistas a reflexão sobre escolhas e formas que vivemos na cidade grande à partir de vivências, dinâmicas de grupo e as atividades tradicionais do cardápio turístico da rede. Contudo, a agência informou que comercializa apenas São Miguel. O motivo é que a comunidade é pioneira no turismo e, por isso, tem a estrutura mais organizada.

Na questão sobre as principais dificuldades de trabalhar em conjunto com Rede Caiçara, o relato inclui a falta de periodicidade de reuniões da rede para definir objetivos comuns e promover a comunicação entre as comunidades, a falta de comunicação entre as lideranças das comunidades, a ausência de divisão de tarefas pré-determinadas entre os membros e a falta de estratégias que visem o desenvolvimento da rede. A agência ainda sugeriu a necessidade de desenvolver habilidades empreendedoras dos membros da rede e indicou o SEBRAE para uma parceria estratégica.

A agência e operadora *Gondwana* têm focos distintos. Enquanto agência, o atendimento é voltado para o emissivo nacional e internacional, sendo o público atendido caracterizado por brasileiros, a maioria paranaenses devido à sede estar instalada em Curitiba, de classe média alta, acima de 40 anos, e que não usam a internet para organizar as suas viagens. Os principais produtos são saídas fotográficas à destinos nacionais de ecoturismo e turismo de aventura acompanhadas por um fotógrafo internacional.

Enquanto operadora, o atendimento é majoritariamente voltado à alemães, dinamarqueses, australianos, americanos e holandeses que buscam conhecer o Brasil, vivenciar a natureza e a cultura local. Os produtos principais são Foz do Iguaçu, Rio de Janeiro e o pantanal, mas a operadora também é conhecida por oferecer produtos fora desse eixo.

Em junho, alguns agentes dessa agência realizaram um roteiro em três comunidades e pontuaram observações específicas de cada uma. Em relação à Ilha dos Valadares, os aspectos negativos observados foram a falta de atratividade do local para o público estrangeiro, a falha na comunicação em que resultou na impossibilidade de visita ao Centro Cultural Mandicuera, a necessidade de manutenção das bicicletas, a falta de limpeza pública na comunidade, a percepção de poluição do rio durante o passeio de caiaque, a falta de informação antes de cada atividade, e a confusão dos guias na organização das atividades. Os aspectos positivos destacados foram o aspecto social da comunidade, o passeio de bicicleta, a beleza de alguns lugares e o guiamento.

Na Ponta do Ubá, os aspectos negativos do relato incluem a falta de atividades que promovam a conexão dos visitantes com a comunidade e o cancelamento de uma atividade por parte do guia devido à diminuição do grupo, que

ocorreu por parte de uma família com um bebê que sentiu insegurança com o vento forte durante o transporte da Ilha dos Valadares até Ponta de Ubá.

Os aspectos positivos ressaltam a beleza, a limpeza e o cuidado do lugar, e as refeições como possibilidades de momentos de integração com a comunidade.

Em São Miguel, o aspecto negativo destacado foi o despreparo na receptividade, devido às mudanças no roteiro de última hora por causa do cancelamento das atividades do guia em Ponta de Ubá no dia anterior.

O aspecto positivo relatado é a facilidade em integrar-se com a comunidade devido às vivências ocorridas, como o artesanato em cipó, à subida no mirante e o café na casa do morador local.

Por fim, a agência afirmou que há interesse de trabalhar com a rede no futuro se houver a certeza do bom funcionamento da operação dos serviços.

O QUADRO 10 reúne os principais impasses do turismo verificados na pesquisa de campo.

QUADRO 10 - IMPASSES VERIFICADOS NO TURISMO DA REDE.

DOMINIALIDADE
Falta de conhecimento técnico para gerir a atividade turística.
Desatualização da estrutura e de preços dos roteiros.
Desconhecimento das carências das comunidades.
Inexistência de planejamento estratégico.
Falta de informações no site e atualização das mídias sociais.
Falta do bom funcionamento da operação dos serviços.
Turismo como atividade secundária.
Falta de comunicação intercomunitária e cursos de capacitação turística.
Desconhecimento da capacidade de hospedagem das comunidades.
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA
Inexistência de regimento interno.
Dificuldade na comunicação intercomunitária.
Parcialidade no comprometimento de alguns membros e de São Miguel.
Incompreensão do funcionamento e operacionalização de uma rede.
Falta de emponderamento para buscar melhorias às comunidades.
DISTRIBUIÇÃO EQUITATIVA
Inexistência de verificação se a distribuição está sendo efetiva ao funcionamento do turismo.
INTEGRAÇÃO DO TURISMO COM OUTRAS ATIVIDADES ECONÔMICAS
Carência na discussão de possibilidades de integrar a pescaria e o artesanato ao turismo para gerar novas fontes de renda.
CULTURAL
Falta de associação entre os elementos da cultura caiçara com o ambiente e os moradores, de forma a aprofundar a leitura do roteiro e ampliar a imersão no cotidiano local.
Carência na diversidade de vivências que poderiam ser ofertadas.
AMBIENTAL
Incompreensão sobre a importância do projeto Troca Solidária.
Falta de articulação para buscar melhorias ao turismo através do projeto Troca Solidária.

INTERMEDIÁRIOS
Ausência de intermediários

NOTA: Organizado por O autor (2017)

Os impasses da Rede Caiçara identificados acima se relacionam sistemicamente. Quando assim analisados, verifica-se que os itens da dominialidade funcionam como um alicerce em relação aos de outras categorias por resultarem da falta de informações que possibilitem aprimorar os processos de trabalho.

Para contribuir com a mudança dessa realidade, o presente estudo irá propor a criação de um inventário turístico para funcionar como base de trabalho da Rede Caiçara ao reunir as informações de seus recursos materiais e imateriais existentes ou em potencial, recursos humanos, oportunidades e carências locais. Com as informações reunidas e registradas, será possível trabalhar com as dificuldades de todos os itens e elaborar um plano turístico local.

O projeto será abordado no próximo capítulo.

5 INVENTARIAÇÃO TURÍSTICA PARTICIPATIVA DA REDE CAIÇARA DE PARANAGUÁ

5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO

O objetivo do projeto é elaborar um documento de inventário turístico da Rede Caiçara em que reúna informações de cada comunidade de seus atrativos materiais e imateriais, da infraestrutura turística e de apoio, dos recursos humanos disponíveis, bem como o seu nível de comprometimento com a atividade turística, e das carências técnicas de seus membros e carências estruturais das comunidades.

Além disso, deverá ser discutido e registrado a caracterização da demanda e as possibilidades de se trabalhar com diversos públicos.

A escolha desse projeto se deu pelo resultado da pesquisa de campo que identificou a falta de conhecimento da estrutura turística existente e em potencial das comunidades e da rede, que dificulta a gestão do turismo. O documento servirá como base de trabalho e poderá ser usado na definição de estratégias de um planejamento integrado, na atualização e inovação de roteiros, na qualificação dos serviços e membros, e no vislumbre de parcerias estratégicas.

Essa proposta será trabalhada com os membros da rede por um turismólogo através de oficinas que foram criadas seguindo as características do TBC, buscando desenvolver durante o processo de inventariação o empoderamento individual e comunitário, a sensibilização da importância do trabalho em grupo e a cooperação, o sentimento de pertencimento, e a valorização do meio ambiente e da cultura local.

Os métodos participativos escolhidos para as oficinas foram embasados no “Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário”, desenvolvido pelo Instituto Ecoar para a Cidadania (2008). As oficinas acontecerão semanalmente nas cinco comunidades da Rede Caiçara, com duração total de nove semanas. O início previsto das oficinas é no dia 08/01 e o término no dia 09/03. A entrega do documento acontecerá na semana seguinte.

O custo total do projeto é de R\$ 10.919,80. A rede poderá obter financiamento à partir do TCP, que constantemente investe em projetos para compensar a obra do Cais Leste através da Acquaplan. Caso não seja possível, existem outras empresas em Paranaguá que investem em projetos como medida compensatória ambiental.

5.2 ETAPAS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO

5.2.1 PLANEJAMENTO PRÉVIO

Primeiramente, as datas das oito oficinas deverão ser estabelecidas de acordo com a disponibilidade das comunidades.

Esse número de oficinas foi estabelecido considerando as informações necessárias para um inventário turístico local, sendo eles: atrativos, infraestrutura, recursos humanos e demanda turística. Também foram levadas em consideração as carências dos membros da Rede Caiçara identificados em campo, como as necessidades de empoderamento, de conhecer a dinâmica turística, de entender a importância da cooperação e comprometimento com o grupo.

Para que os custos do projeto sejam reduzidos, é recomendado que ocorra uma oficina em cada comunidade semanalmente. Após a definição das datas, o local é o segundo item a ser discutido. Recomenda-se o espaço da Associação dos Moradores, ou da escola, ou da cozinha comunitária.

Definidos a data e o local, o próximo passo é fazer a logística do transporte, da alimentação e da hospedagem. Estima-se um gasto diário de R\$ 40,00 com alimentação, R\$ 50,00 com pernoite, e R\$ 25,00 com transporte. Semanalmente, o custo total desses três itens é de R\$ 575,00. A duração do projeto é de nove semanas, totalizando um custo de R\$ 5.175,00.

TABELA 1 - CUSTOS PLANEJAMENTO PRÉVIO.

ITEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Alimentação	02 por dia	R\$ 40,00	Própria.
Hospedagem	01 por dia	R\$ 50,00	Própria.
Transporte	01 por dia	R\$ 25,00	Própria.
Total por dia		R\$ 115,00	
Total por semana		R\$ 575,00	
Total de 9 semanas		R\$ 5.175,00	

FONTE: O autor (2017).

5.2.2 OFICINA “A DINÂMICA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA”

Público alvo: membros da Rede Caiçara.

Objetivo: Pensar o turismo de base comunitária coletivamente.

Ações: Através da mediação de um turismólogo, os membros serão convidados à construir o mapa da comunidade em um papel *craft* através da metodologia adaptada do “Biomapa comunitário”. Caso já exista o mapa turístico, não será necessário desenhá-lo.

Inicialmente, serão desenhadas coletivamente as vias de acesso, seguido pelas casas dos moradores, a igreja, a associação, os prédios públicos, espaços de lazer, recursos hídricos, locais de encontros da comunidade, pontes, mirantes, os ecossistemas, trapiches, o porto de Paranaguá, e outros locais se houver. O mapa também será utilizado em outras oficinas. Após a sua conclusão, o mediador deve provocar os participantes à falarem as características do turismo, que serão anotadas em uma cartolina. Em seguida, os participantes devem refletir se desejam o turismo na comunidade e quais as suas expectativas com a atividade.

Então, o mediador iniciará a reflexão interagindo com o mapa sobre como a comunidade desenvolverá o turismo objetivando que os próprios membros pensem nas características do TBC: dominialidade, organização comunitária, distribuição equitativa, integração das atividades com a cadeia produtiva, a cultura e o meio ambiente. À partir da evolução do raciocínio, o mediador deve apresentar os temas de forma sistemática, acrescentando desenhos para facilitar a compreensão.

Duração: 4 horas.

Período: 02° semana, um dia em cada comunidade.

Local: Associação dos Moradores, escola ou cozinha comunitária.

Recursos humanos: 01 turismólogo.

Recursos materiais: 05 papel *craft*, 10 cartolinas, 01 fita adesiva, 02 canetas pincel atômico.

TABELA 2 - CUSTOS OFICINA “A DINÂMICA DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA”.

ITEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	20 horas	R\$ 600,00 (R\$ 30,00 a hora)	SEBRAE
Papel craft	100 folhas	R\$ 14,60	www.elo7.com.br
Cartolinas	10 unidades	R\$ 6,00	www.kalunga.com.br
Canetas pincel at.	02 unidades	R\$ 5,80	www.econtabilista.com.br
Fita adesiva	01 unidade, 45m	R\$ 4,40	www.kalunga.com.br
Total		R\$ 630,80	

FONTE: O autor (2017).

5.2.3 OFICINA “JUNTOS FEITO UMA REDE, CAPTURAMOS MAIS PEIXES”

Público alvo: membros da Rede Caiçara.

Objetivo: Estimular o trabalho coletivo e o pensamento deste no turismo ao trabalhar como uma rede.

Ações: Por acontecer na segunda semana, os mapas de todas as comunidades já estarão prontos e deverão ser pregados na parede para que sejam usados na discussão.

Através da mediação de um turismólogo, os participantes serão estimulados a pensarem nas funções da Rede Caiçara. As respostas deverão ser anotadas em uma cartolina. Quando as respostas se esgotarem, os participantes serão convidados à uma dinâmica chamada “Nó Humano”.

Inicia-se com um círculo, onde cada participante deve observar quem está à sua direita e à sua esquerda. Ao som da música é pedido para que todos caminhem pelo espaço em direções variadas. Pede-se que acelerem os passos e quando a música parar, todos devem parar onde estavam. Então é solicitado que andem três passos em direção ao centro da sala, formando um emaranhado de pessoas. Na sequência pede-se para que dêem a mão direita para quem estava a sua direita e a esquerda para quem estava à sua esquerda. É solicitado que desatem o nó e retornem à posição de círculo, sem soltar as mãos.

Essa dinâmica tem como objetivo desenvolver a solidariedade, a força da união de grupos, incentivar que percebam a necessidade de priorizar uma ideia de cada vez e fomentar a discussão a respeito da importância do planejamento. À partir

dessa discussão, o mediador deve relacionar as ideias com as respostas do questionamento referente ao papel da Rede Caiçara e apresentar o que é e pra que serve o inventário turístico, relacionando ao planejamento turístico da rede.

Em seguida, o mediador deve estimular que cada participante pense nos papéis que poderiam exercer na rede. Quando todos já tiverem pensado, o mediador deve convidar os participantes à escreverem seus nomes e a função que escolheu em tiras de papel para, em seguida, colar na cartolina. Quando todos terminarem, o mediador deve indagar aos participantes sobre o seu nível de comprometimento com a função escolhida e se há atrito com suas outras atividades diárias. Por fim, o mediador deve anotar as respostas na tira do participante. O objetivo é mapear os membros da rede, suas funções, o nível de comprometimento e as lideranças para, posteriormente, elaborar um organograma.

Duração: 3 horas.

Período: 03ª semana, um dia em cada comunidade.

Local: Associação dos Moradores, escola ou cozinha comunitária.

Recursos humanos: 01 turismólogo.

Recursos materiais: 10 cartolinas, 02 canetas pincel atômico.

TABELA 3 - CUSTOS OFICINA “JUNTOS FEITO UMA REDE, CAPTURAMOS MAIS PEIXES”.

ITEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	15 horas	R\$ 450,00 (R\$ 30,00 a hora)	SEBRAE
Cartolinas	10 unidades	R\$ 6,00	www.kalunga.com.br
Canetas pincel at.	02 unidades	R\$ 5,80	www.econtabilista.com.br
Total		R\$ 461,80	

FONTE: O autor (2017).

5.2.4 OFICINA “RESGATAR O PASSADO PARA PENSAR NO FUTURO”

Público alvo: membros da Rede Caiçara.

Objetivo: Resgatar a história da comunidade e dos participantes, buscando gerar conteúdo referente à cultura material e imaterial caiçara.

Ações: Através da mediação de um turismólogo, os participantes serão convidados à participarem da dinâmica “O que essa mão já fez?”. Cada participante deverá desenhar um molde de sua mão em uma folha sulfite e escrever o máximo de coisas que recordarem do que ela já fez. Ao terminarem, os participantes deverão ler os resultados.

O objetivo da dinâmica é aumentar o vínculo entre os participantes, mapear as suas habilidades e incorporar os resultados ao conteúdo da próxima oficina buscando utilizar essas ações descritas para pensar sobre a cultura material e imaterial do caiçara.

O próximo passo consiste em outra dinâmica que estimula os participantes a elaborarem um roteiro de entrevista para o levantamento da história da comunidade. Os tópicos devem investigar figuras que viveram na comunidade, as atividades que eram realizadas, os tipos de trabalhos e as ferramentas que eram utilizadas, os hábitos dos moradores, o transporte, a alimentação e as bebidas, as mudanças ocorridas no local e na cultura, as lendas e fatos marcantes, os artesanatos e outras criações, a ordem do povoamento das casas, a relação com a agricultura, o céu e o mar. Ao terminar o roteiro, o mediador deverá explicar aos participantes que eles devem entrevistar alguns moradores locais durante a semana e trazer os resultados na próxima oficina.

Duração: 3 horas.

Período: 04º semana, um dia em cada comunidade.

Local: Associação dos Moradores, escola ou cozinha comunitária.

Recursos humanos: 01 turismólogo.

Recursos materiais: 01 pacote de folha sulfite A4, 50 canetas esferográficas.

TABELA 4 - CUSTOS OFICINA “RESGATAR O PASSO PARA PENSAR O FUTURO”.

ITEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	15 horas	R\$ 450,00 (R\$ 30,00 a hora)	SEBRAE
Folha sulfite	500 folhas	R\$ 21,80	www.livrariacultura.com.br
Caneta esferográfica	50 unidades	R\$ 33,75	www.americanas.com.br
Total		R\$ 505,55	

FONTE: O autor (2017).

5.2.5 OFICINA “PENSANDO O CAIÇARA”

Público alvo: membros da Rede Caiçara.

Objetivo: Gerar conteúdo sobre a cultura local e as habilidades dos participantes.

Ações: O turismólogo deverá ter anotado todas as ações da dinâmica “O que essa mão já fez?” da oficina anterior. Em um papel *craft*, deve escrever as ações em colunas. Em seguida, deverá estimular os participantes à pensarem nas ações e o que pode resultar delas. Exemplificando: na ação “cozinhar”, descrever quais os pratos que eles sabem fazer; na ação “pescar”, quais os peixes que já capturaram. No fim, o material deverá conter um conteúdo extenso da cultura local.

Para aprofundar no tema, o mediador deve convidar os participantes à falarem sobre as entrevistas realizadas. Tecer comentários ao término da exposição de cada participante e estimular discussões, caso seja necessário. No final, o mediador deve recolher as entrevistas e posteriormente elaborar um documento com os dados obtidos das dinâmicas, buscando categorizá-los em cultura material e imaterial, e habilidades individuais dos membros da rede.

Duração: 3 horas.

Período: 05º semana, um dia em cada comunidade.

Local: Associação dos Moradores, escola ou cozinha comunitária.

Recursos humanos: 01 turismólogo.

Recursos materiais: 05 papel *craft*, fita adesiva. Ambos já adquiridos.

TABELA 5 - CUSTOS OFICINA “PENSANDO O CAIÇARA”.

ITEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	15 horas	R\$ 450,00 (R\$ 30,00 a hora)	SEBRAE
Total		R\$ 450,00	

FONTE: O autor (2017).

5.2.6 OFICINA “TECENDO A MATA E O MANGUE”

Público alvo: membros da Rede Caiçara.

Objetivo: Mapear os conhecimentos da fauna e flora da Mata Atlântica e do manguezal, e verificar a existência de histórias ou curiosidades do saber popular referentes à esses biomas.

Ações: Através da mediação de um turismólogo, os participantes serão convidados à dinâmica “Estudo do Meio”. Divididos em grupos de até 03 pessoas, eles irão percorrer as trilhas pela Mata Atlântica e anotar os nomes de plantas e animais que conhecem, bem como histórias e curiosidades desse bioma. O mesmo processo deverá ser feito no manguezal.

Ao retornamos à sede da oficina, cada grupo irá expor suas anotações e o mediador deverá estimular resultados mais profundos. Exemplificando: com as plantas que o grupo anotou, questionar se possuem uso medicinal, se podem ser utilizadas em alguma receita, ou se as sementes podem ser usadas na confecção de artesanatos. Os resultados deverão ser anotados pelo mediador e os papéis de cada grupo deverão ser entregues à ele no final. Posteriormente, o turismólogo deverá organizar os dados e incorporar ao documento de inventário.

Duração: 6 horas.

Período: 6º semana, um dia em cada comunidade.

Local: Associação dos Moradores, escola ou cozinha comunitária.

Recursos humanos: 01 turismólogo.

Recursos materiais: 10 pranchetas.

TABELA 6 - CUSTOS OFICINA “TECENDO A MATA E O MANGUE”.

ITEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	30 horas	R\$ 900,00 (R\$ 30,00 a hora)	SEBRAE
Prancheta	10 unidades	R\$ 38,90	www.lojaalfa.com
Total		R\$ 938,90	

FONTE: O autor (2017).

5.2.7 OFICINA “PENSANDO A ESTRUTURA DO TURISMO”

Público alvo: membros da Rede Caiçara.

Objetivo: Mapear e descrever os atrativos e a infraestrutura turística e de apoio.

Ações: Esta oficina é a mais importante para a elaboração do inventário turístico. Através da mediação de um turismólogo, o mapa criado na primeira oficina deverá estar pregado na parede visível aos participantes. Este deverá ser usado como ferramenta auxiliar na discussão e no mapeamento dos itens do inventário.

Em um papel *craft*, o mediador deverá estimular uma discussão que busque definir as áreas naturais, prédios históricos, espaços de lazer comunitário, e outros espaços que possam exercer atratividade ao visitante. O mediador deverá utilizar os dados adquiridos nas oficinas anteriores para instigar as discussões e verificar a opinião dos participantes em relação aos atrativos. O mesmo processo deverá acontecer com os elementos imateriais da cultura caiçara. Os resultados deverão ser anotados.

Em seguida, o mediador deverá apresentar as informações referentes à gastronomia obtidas na oficina III e IV. Por sua vez, os participantes deverão avaliar o que deve ser categorizado como gastronomia típica e a viabilidade de ofertá-los aos turistas. Além disso, eles devem informar se há restaurantes na região que possam atender aos turistas.

O próximo item a ser mapeado refere-se aos eventos que ocorrem nas comunidades, especificamente os de cunho religioso. Será importante também inventariar os grandes eventos que ocorrerão na cidade para que a rede analise a possibilidade de parcerias.

O próximo item a ser mapeado são os serviços de entretenimento na localidade. Para a Ilha dos Valadares será preciso trazer informações dos empreendimentos em Paranaguá que os turistas podem usufruir.

O penúltimo item a ser mapeado são os serviços e equipamentos de lazer. Cada comunidade possui equipamentos e serviços diferentes.

Por fim, os participantes deverão identificar os tipos de meios de hospedagem disponíveis, bem como a quantidade de leitos, os tipos de acomodações, e os valores das diárias e serviços inclusos.

A inventariação deve ser feita através dos seguintes formulários:

APÊNDICE 2 – Formulário atrativos turísticos materiais;

APÊNDICE 3 – Formulário atrativos turísticos imateriais;

APÊNDICE 4 – Formulário eventos;

APÊNDICE 5 – Formulário de meios de hospedagem;

APÊNDICE 6 – Formulário de alimentação;

APÊNDICE 7 – Formulário de entretenimento;

APÊNDICE 8 – Formulário de serviços e equipamentos de lazer.

O APÊNDICE 1 não será utilizado pela facilidade em adquirir suas informações por via da *internet*.

Duração: 6 horas.

Período: 07º semana, um dia em cada comunidade.

Local: Associação dos Moradores, escola ou cozinha comunitária.

Recursos humanos: 01 turismólogo.

Recursos materiais: 07 cartolinas.

TABELA 7 - CUSTOS OFICINA “PENSANDO A ESTRUTURA DO TURISMO”.

ITEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	30 horas	R\$ 900,00 (R\$ 30,00 a hora)	SEBRAE
Cartolinas	10 unidades	R\$ 6,00	www.kalunga.com.br
Total		R\$ 906,00	

FONTE: O autor (2017).

5.2.8 OFICINA “CARÊNCIAS COMUNITÁRIAS, SOLUÇÕES BEM PENSADAS”

Público alvo: membros da Rede Caiçara.

Objetivo: Identificar as carências técnicas dos participantes e as carências estruturais da comunidade e discutir soluções.

Ações: Nessa oficina, o mediador realizará a dinâmica “Muro das Lamentações”. Primeiramente, deverá ser explicado como a atividade será conduzida. Em um segundo momento, os participantes deverão se dividir em grupos de até 3 pessoas e refletirem sobre os problemas da comunidade. Em cartolinas com formato de tijolos, eles deverão escrever o que pensaram. Ao terminarem, os

tijolos deverão ser pregados na parede, próximos um do outro, formando um muro de lamentações. Quando todos já estiverem colocados na parede, o mediador deverá refletir sobre os problemas, buscando que os participantes estabeleçam um tempo de solução para eles, sendo à curto, médio ou longo prazo. Também é preciso questionar se é possível conseguir ajuda de algum órgão público e como realizar esse processo.

Essa dinâmica permite trabalhar o empoderamento comunitário, demonstrando como a associação da comunidade os torna mais representativos.

Ao encerrar a conversa, os grupos podem ser trocados. A dinâmica será refeita, com a reflexão relacionada as dificuldades individuais e da comunidade em relação ao turismo. Ao colocarem os tijolos na parede, o mediador deverá analisar as respostas e provocar novos resultados se achar necessário. Deverá ser discutida as dificuldades individuais e comunitárias, buscando demonstrar as possibilidades de solucioná-las.

No término, os tijolos devem ser guardados e passados para o documento do inventário turístico de forma organizada.

Duração: 3 horas.

Período: 08º semana, um dia em cada comunidade.

Local: Associação dos Moradores, escola ou cozinha comunitária.

Recursos humanos: 01 turismólogo.

Recursos materiais: 30 cartolinas, 10 canetas cartográficas.

TABELA 8 - CUSTOS OFICINA “CARÊNCIAS COMUNITÁRIAS, SOLUÇÕES BEM PENSADAS”.

ITEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	15 horas	R\$ 450,00 (R\$ 30,00 a hora)	SEBRAE
Caneta esferográfica	50 unidades	R\$ 33,75	www.americanas.com.br
Cartolinas	30 unidades	R\$ 18,00	www.kalunga.com.br
Total		R\$ 501,75	

FONTE: O autor (2017).

5.2.9 OFICINA “OS TURISTAS QUE BUSCAMOS”

Público alvo: membros da Rede Caiçara.

Objetivo: compreender a influência dos roteiros na atração de um perfil específico da demanda e os diferentes perfis de turistas.

Ações: Nessa última oficina, será preciso ter o inventário adiantado para pensar em conjunto com os participantes sobre os turistas que desejam atrair. Primeiramente, o mediador deve apresentar o QUADRO 5 aos participantes. Em seguida, deve relatar as características dos turistas que a comunidade já recebeu, conforme marco teórico, para então estimular que falem sobre o tema.

O objetivo é que os participantes decidam se querem receber grupos, ou turistas individuais, se estes devem ser grupos de estudo, de escoteiros, ou mochileiros solitários, ou casais.

Para aprofundar a discussão, deve ser apresentado uma série de atrativos que compoñham um roteiro dedicado à um grupo específico. O objetivo é que eles compreendam que a ordem e o tipo de atrativos que formam um roteiro podem atrair um turista específico. Além disso, é necessário que entendam que se o turista tiver a liberdade de escolher as atividades do roteiro, a experiência pode ser melhorada.

Para facilitar a compreensão, o mediador deve convidar os participantes para uma brincadeira. Esta consiste na definição de um perfil de turista pelo mediador, sendo a tarefa dos participantes montar um roteiro específico para o perfil. O mediador pode dividir em grupos e determinar que cada grupo crie um roteiro para um turista específico. Ao concluírem, os roteiros devem ser apresentados à todos e discutidos se as atividades se encaixam ao perfil do turista.

Duração: 3 horas.

Período: 09º semana, um dia em cada comunidade.

Local: Associação dos Moradores, escola ou cozinha comunitária.

Recursos humanos: 01 turismólogo.

Recursos materiais: 10 folhas sulfite, 10 canetas esferográficas. Materiais já adquiridos.

TABELA 9 - CUSTOS OFICINA “O TURISTA QUE BUSCAMOS”

ITEM	QUANTIDADE	CUSTO (R\$)	REFERÊNCIA DE VALORES
Turismólogo	15 horas	R\$ 450,00 (R\$ 30,00 a hora)	SEBRAE
Total		R\$ 450,00	

FONTE: O autor (2017).

5.3 CRONOGRAMA

QUADRO 11 - CRONOGRAMA DO PROJETO

ETAPAS	SEMANAS									
	1°	2°	3°	4°	5°	6°	7°	8°	9°	10°
Planejamento prévio.	X									
A dinâmica do turismo de base comunitária.		X								
Juntos feito uma rede, capturamos mais peixes.			X							
Resgatar o passado para pensar no futuro.				X						
Pensando o caiçara.					X					
Tecendo a mata e o mangue.						X				
Pensando a estrutura do turismo.							X			
Carências comunitárias, soluções bem pensadas.								X		
Os turistas que buscamos.									X	
Conclusão do documento.										X

FONTE: O autor (2017).

5.4 ORÇAMENTO FINAL

TABELA 10 - ORÇAMENTO FINAL

ETAPA	DESCRIÇÃO DOS ITENS	CUSTO (R\$)
Planejamento prévio	10 Refeições	R\$ 5.175,00
	5 Pernoites	
	5 Transportes	
	Transporte	
A dinâmica do turismo de base comunitária	Turismólogo – 20 horas	R\$ 630,80
	Paper <i>craft</i> – 100 folhas	

	Cartolinas – 10 unidades	
	Canetas pincel atômico – 02 unidades	
	Fita adesiva – 01 unidade, 45m	
Juntos feito uma rede, capturamos mais peixes	Turismólogo – 15 horas	R\$ 461,80
	Cartolinas – 10 unidades	
	Canetas pincel atômico – 02 unidades	
Resgatar o passado para pensar no futuro	Turismólogo – 15 horas	R\$ 505,55
	Folha sulfite – 500 folhas	
	Caneta esferográfica – 50 unidades	
Pensando o caiçara	Turismólogo – 15 horas	R\$ 450,00
Tecendo a mata e o manguezal	Turismólogo – 30 horas	R\$ 938,90
	Prancheta – 10 unidades	
Pensando a estrutura do turismo	Turismólogo – 30 horas	R\$ 906,00
	Cartolinas – 10 unidades	
Carências comunitárias, soluções bem pensadas	Turismólogo – 15 horas	R\$ 501,75
	Caneta esferográfica – 50 unidades	
	Cartolinas – 30 unidades	
Os turistas que buscamos	Turismólogo – 15 horas	R\$ 450,00
Conclusão do documento	Turismólogo – 30 horas	R\$ 900,00
Total		R\$ 10.919,80

FONTE: O autor (2017).

5.5 AVALIAÇÃO DO RETORNO DO INVESTIMENTO

O inventário turístico por si só não trará retorno financeiro do recurso investido. Esse retorno dependerá de como a Rede Caiçara fará uso do documento. Conforme dito na descrição do projeto, com o inventário em mãos será possível atualizar os roteiros existentes e criar novos, identificar as carências das comunidades e dos membros da rede e direcionar ações de qualificação para reverter esse processo, realizar um planejamento integrado da rede, e definir parcerias estratégicas. Além disso, espera-se que, com o organograma da rede e o nível de comprometimento registrado, a organização comunitária melhore, impactando positivamente a operacionalização dos serviços e a comunicação entre os membros da rede, abrindo novos caminhos para que possam trabalhar em conjunto com intermediários. Dessa forma, os canais de venda serão ampliados e a rede fará parte de uma parcela mais significativa do mercado, inclusive estrangeiro.

Concluindo o estudo, o próximo tópico irá abordar as considerações finais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo de estudo do turismo de base comunitária tem grande potencial de exploração. Os autores divergem constantemente dada à complexidade dos contextos comunitários. A própria conceituação do TBC deve ser flexível dependendo do cenário em que se desenvolve.

Nesse estudo, os cenários foram os das comunidades da Rede Caiçara de Turismo de Paranaguá. Entre o urbano e o natural, a inovação e a conservação, a simplicidade e a sofisticação, buscou-se realizar uma análise técnica para responder o problema de como aconteceria a gestão do turismo pela rede? A hipótese era de que havia dificuldades na gestão da atividade turística, dada a complexidade do tema e a situação do cenário do TBC no Brasil.

A problematização resultou no objetivo de analisar a gestão do turismo da rede, bem como em uma revisão teórica que contemplou o TBC, o perfil do turista comunitário e dados históricos sobre a rede e seus membros.

Os resultados foram adquiridos em campo por uma metodologia que permitiu o envolvimento do pesquisador com os pesquisados, de forma que o conteúdo fosse criado coletivamente para que enriquecesse o entendimento da dinâmica das relações entre os membros, o local e o turismo, com o intuito de que o retrato registrado nesse estudo fosse genuinamente próximo da realidade *in loco*.

A metodologia utilizada permitiu responder o problema e a confirmar as hipóteses, além de atingir o objetivo geral e os específicos. Também, durante as entrevistas, os instrumentos viabilizaram a ampliação do estudo quando ofereceram as informações sobre o envolvimento de agências de viagens com a rede.

A ocasião do campo resultou no registro de diversas dificuldades que já haviam sido constatadas como recorrentes em iniciativas de TBC pela revisão teórica. Impasses que decorrem de uma administração da rede falha não intencional, mas que carece de conhecimento técnico e recursos para que seja devidamente realizada. Consequentemente, a organização do grupo torna-se debilitada somando-se com a falta de infraestrutura pública básica e a ausência de recursos de turistas que não aparecem para visitá-los.

Outra dificuldade refere-se ao mercado do TBC que ainda é incipiente, bem como os estudos sobre a sua demanda turística. Esta última envolve diferentes tipos de perfis, que são determinados pela especificidade do produto. E como este é

padronizado entre as iniciativas, a dificuldade reside em como torna-lo atrativo e, principalmente, como comercializá-lo.

O envolvimento da comunidade em uma dinâmica capitalista é criticado por alguns autores. Essa dinâmica exige um nível de profissionalização, capacitação frequente e necessidade de readequações constantes, o que nem sempre condiz com o contexto e os anseios locais. Por isso, recomenda-se o envolvimento das universidades e outras possíveis instituições para prestar suporte, realizar estudos e promover debates que auxiliem em mudanças condizentes à realidade do local e busquem fornecer possibilidades de geração de renda com o turismo por formas sustentáveis.

O projeto de inventariação turística proposto nesse trabalho objetivou auxiliar na mudança da realidade local da rede. O documento deverá servir como ferramenta básica de trabalho na atuação do turismo. Posteriormente, poderá ser usado na confecção de um plano de desenvolvimento do turismo local.

Apesar da quantidade e da qualidade das informações coletadas em campo, é importante reconhecer que esse estudo também teve limitações. A primeira delas foi a inacessibilidade de documentos detalhados dos projetos e processos já realizados com a rede. Os documentos adquiridos através da Acquaplan não apresentaram informações detalhadas e avaliações dos resultados das oficinas, o que poderá gerar futuramente a necessidade de refazer o trabalho.

Outra limitação reside no conhecimento limitado do autor das possíveis formas de organizações comunitárias e solidárias, dos mecanismos de cooperação e das possibilidades de administração de empreendimentos coletivos. Diante disso, o estudo se direcionou por um viés mercadológico, o que pode não estar de acordo com os valores da comunidade. Entretanto, vale afirmar que apesar das críticas, as comunidades podem optar por esse caminho aliadas aos princípios sustentáveis do TBC, sendo necessário construir o conhecimento coletivamente através de parcerias com universidades e outras instituições de interesse.

Por última, a limitação referente ao tempo de campo, intrinsecamente relacionada ao gasto necessário. A investigação aconteceu em apenas 04 dias, sendo que a passagem em algumas das comunidades durou apenas uma tarde. É recomendável que o período da pesquisa de campo aconteça por um tempo mais longo, que possibilite a investigação em todas as comunidades de conter mais detalhes e relatos.

Tendo sido os objetivos alcançados, é importante destacar a necessidade de aprofundamento das dificuldades do TBC em estudos futuros. Os temas recomendados são nas áreas da comercialização, do estudo de demanda, das formas de organização institucionais comunitárias, das parcerias estratégicas e das políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, G; SAMPAIO, C; SOUZA, M. Do turismo de massa ao turismo educativo em Zonas Costeiras: diagnóstico do turismo na área de entorno da Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba, SC). In: VIII Encontro Nacional de Turismo de Base Local, Curitiba, 2004. **Anais...** Curitiba: UNICENP, 2004.

AROSZTEGUI, M. **Metodologia Científica**. 1. ed. Universidade Aberta do Brasil: 2013. Disponível em: <<http://producao.virtual.ufpb.br/books/marozteg/metodologia-do-trabalho-cientifico-livro/livro/livro.pdf>>. Acesso em: 27/09/2017.

BARTHOLO, R. (Org.); SANZOLO, D. (Org.); BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BURSZTYN, I. **Desatando um nó da rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia**. 2012. 251 f. Tese (Doutorado em Engenharia) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BURSZTYN, I; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Sustentabilidade em Debate**, v. 3, p. 97-116, 2012.

CASTRO, L. C; PINTO, R. Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, p. 213-226, 2013.

COSTA, A. Sociedade Atual, Comportamento Humano e Sustentabilidade. **Caminhos da Geografia**, v. 13, p. 209-220, 2004.

CORIOLOANO, L. Os limites do desenvolvimento e do turismo. In: CORIOLOANO, L. **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FUNECE, 2003. p. 13-27.

CORIOLOANO, L. O Turismo Comunitário no Nordeste Brasileiro. In: BARTHOLO, R; SANZOLO D; BURSZTYN (Org.). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

COUTINHO, G; SAMPAIO, C; RODRIGUES, L. Fatores motivacionais e impactos sociais do turista comunitário. **Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 4, p. 77-87, 2014.

EUFRASINA. **Cardápio turístico Eufrasina**. Paranaguá, 2014. Disponível em: <https://redecaicara.files.wordpress.com/2017/03/cardc3a1pio_eufrasina_20171.pdf>. Acesso em: 26/11/2017.

FABRINO, N; NASCIMENTO, E; COSTA, H. Turismo de base comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, p. 172-190, 2016.

FLORÉZ, W. **Caracterização hidrogeológica da Ilha dos Valadares, Paranaguá-PR**. 2005. 100 f. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FONTELLA, J; ZANETTE, R. Reflexões sobre a definição da palavra 'fandango': o contexto caiçara em foco. In: XII Seminário Nacional de Literatura, História e Memória e III Congresso Internacional de Pesquisa em Letras no Contexto Latino-Americano, Cascavel, 2015. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2015.

GERHARDT, T. (Org.); SILVEIRA, D. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALLACK, N; BURGOS, A; CARNEIRO, D. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **Ambientalmente Sustentável**, v. 1, p. 7-25, 2013.

HANAZAKI, N. **Ecologia de Caiçaras**: uso de recursos e dieta. 2001. 213 f. Tese (Doutorado em Ecologia) – Instituto de Biologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HOLANDA, L. Empresarização do turismo de base comunitária. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, p. 18-35, 2015.

INSTITUTO ECOAR PELA CIDADANIA. Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário. Biblioteca – Portal do Consumo Responsável, p. 55, 2008.

IRVING, M. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLLO, R; SAN SOLO D; BURSZTYN (Org.). **Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

JANÉR, A; BENCHIMOL, M; MOURÃO, R. **Manual Caiçara de Ecoturismo de Base Comunitária**. Instituto Bioatlântica, 2009.

KISS, A. Is community-based ecotourism a good use of biodiversity conservation funds? **Trends in Ecology & Evolution**, vol. 19, p. 232-237, 2004.

LEÃO, C. Turismo de Base Comunitária: outras economias na mira da emancipação social. **Turismo em Análise**, v. 27, p. 644-686, 2016.

LTDS - Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. **Relatório Técnico - Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Rio de Janeiro, 2011.

LUDERER, C. A projeção da cozinha caiçara na mídia impressa. In: XIII Conferência Brasileira dos Estudos de Folkcomunicação, Ilheus, 2010. **Anais...** Ilheus: UESC, 2010.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In. BARTHOLO, R. (Org.); SANSOLO, D. (Org.); BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARCONI, M; LAKATOS, E. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARUJO, C. **Cultura caiçara, cotidianidade e oralidade**: os artesãos da casanga. 2012. Monografia (Bacharel em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos) – Centro de Estudos Latino-americanos sobre Cultura e Comunicação, São Paulo, 2012.

MIELKE, E; PEGAS, F. Turismo de Base Comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, p. 170-189, 2013.

MIGUEL, S. **Cardápio turístico São Miguel**. Paranaguá, 2014. Disponível em: <https://redecaicara.files.wordpress.com/2017/03/cardc3a1pio_saomiguel_20171.pdf>. Acesso em 26/11/2017.

MOYA, M. Respuestas del mercado al turismo rural comunitario em Costa Rica: Diversificando la oferta nacional. **Revista Tecnitur de Acoprot**, Costa Rica, 2012. Disponível em: <http://www.greenactioncr.com/downloads/Respuestas_Mercado.pdf>. Acesso em 10/05/2017.

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo**: Orientações Básicas. Brasília, 2008.

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO. **Boas práticas**: rede caiçara de turismo comunitário. Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/08_12_2015/04_12_15_boas_praticas_rede_caicara_de_turismo_comunitario.pdf>. Acesso em 14/05/2017.

MURRIETA, R. **Diet and subsistence: changes in three caboclo populations on Marajó Island, Amazonia, Brazil**. 1994. 120 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Universidade do Colorado, 1994.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. **Festas Populares - Inventário Cultural**. Caderno 2, Curitiba, Paraná, Brasil, 2009.

PIAÇAGUERA. **Cardápio turístico Piaçaguera**. Paranaguá, 2014. Disponível em: <https://redecaicara.files.wordpress.com/2017/03/cardc3a1pio_piac3a7aguera_20172.pdf>. Acesso em: 26/11/2017.

PIRES, E; ALCANTARINO, M. A participação das comunidades autóctones no turismo e o capital social no processo de desenvolvimento local: um exame do Programa Turismo Solidário - MG. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, p. 1-15, 2008.

PORTO, M; SCHUTZ, G. Gestão ambiental e democracia: análise crítica, cenários e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, p. 1447-1455, 2012.

PROJETO BAGAGEM. **Quem somos**. Disponível em:
http://www.projetobagem.org/2009/quem_somos.asp?cod=3. Acesso em 15/04/2017.

PROM PERU - COMISIÓN DE PROMOCIÓN DEL PERÚ PARA LA EXPORTACIÓN Y EL TURISMO. **Evaluación del Turismo Rural Comunitario en El Perú**. Peru, 2016. Disponível em:
<http://promperu.gob.pe/TurismoIN/sitio/VisorDocumentos?titulo=Turismo%20Rural%20Comunitario&url=~/Uploads/mercados_y_segmentos/segmentos/1020/Evaluaci%C3%B3n_Turismo%20Rural%20Comunitario_%20TRC%202015.pdf&nombObjeto=PerfilesSegmentos&back=/TurismoIN/sitio/PerfilesSegmentos>. Acesso em: 10/05/2017.

RAUPP, F; BEUREN, I. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I (Org.). **Como elaborar trabalho monográfico em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2012.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1999.

RUSCHMANN, D. Planejamento Turístico. In: ANSARAH, M (Org.). **Turismo - Como aprender, como ensinar**. São Paulo: Senac, 2001.

SACHS, I; LAGES, V. Capital social e desenvolvimento: novidade para quem? In: CONFERENCIA REGIONAL SOBRE CAPITAL SOCIAL Y POBREZA, 2001, Santiago. **Anais...** Santiago: SIRSE, 2017.

SAMPAIO, C; ALVES, F; FALK, V. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo. **Turismo: Visão e Ação**, v. 10, p. 244-262, 2008.

SAMPAIO, C; CARVALHO, M; ALMEIDA, F. Turismo comunitário: projeto piloto montanha beija-flor dourado (Micro-bacia do Rio Sagrado, Morretes, Paraná). **Turismo: Visão e Ação**, v. 9, p. 249-266, 2007.

SAMPAIO, C (Org.); HENRIQUEZ, C (Org.); MANSUR, C (Org.). **Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática**. Blumenau: Edifurb, 2011.

SAMPAIO, C; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). **Revista de Cultura e Turismo**, v. 6, p. 25-39, 2012.

SANCHO, A; MALTA, G. Pesquisa de demanda para turismo de base comunitária: desafio à promoção do encontro entre comunidades e viajantes. **Turismo em Análise**, v. 26, p. 38-67, 2015.

SANTOS, M; CARDOZO, E; MIRANDA, A. Relações entre capitalismo e formação humana e as implicações pedagógicas da teoria histórico-cultural de Lev Vigotski. In: XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2017, Curitiba. **Anais...** Curitiba: EDUCERE, 2017.

SEQUINEL, M; CARON, A. Consumo Sustentável: Uma Questão Educacional e de Múltiplas Responsabilidades. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, v. 16, p. 36-43, 2010.

SILVA, F; Matta, A; COIMBRA, N. Turismo de base comunitária no antigo quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, p. 79-92, 2016.

SILVA, J; MONTEIRO, B; CALLOU, A; PEDROSA, A; FONSECA, J. Turismo, capital social e desenvolvimento local: a experiência da Associação de Barqueiros de Rio Formoso - Pernambuco. **Razón y Palabra**, v. 81, p. 1-18, 2012.

SILVA, M; GRIGOLO, T. **Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II**. Florianópolis: Udesc, 2002.

SNV - NETHERLANDS DEVELOPMENT ORGANIZATION. **The market for responsible tourism products**. Amsterdam: SNV, 2009.

SOUZA, J; DELPUPO, M. **O Brasil no contexto do desenvolvimento sustentável**. In: XXII CONGRESSO NACIONAL CONPEDI / UNINOVE, 22., 2013, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: Funjab, 2013.

SPVS - SOCIEDADE DE PESQUISA EM VIDA SELVAGEM E EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Cooperguará Ecotur incentiva geração de renda local e contribui com conservação da Mata Atlântica**. Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.spvs.org.br/cooperguara-ecotur-incentiva-geracao-de-renda-local-e-contribui-com-conservacao-da-mata-atlantica/>. Acesso em 14/05/2017.

TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ. **Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança**. Paranaguá, 2011.

TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ. **Programa de educação ambiental para a comunidade**. Paranaguá, 2014.

TCP - TERMINAL DE CONTÊINERES DE PARANAGUÁ. **Projeto de Desenvolvimento Comunitário do Turismo**. Paranaguá, 2013.

TEIXEIRA, J. **Ética Ambiental: uma análise da racionalidade ambiental latino-americana à luz de uma cosmovisão ética libertadora**. 2015. 83 f. Monografia (Bacharel em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

TORRE, S. Turismo comunitario¿ Otro sueño inalcanzable? **Revista Polemika**, v. 5, p. 34-39, 2010.

TUCUM - REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO. **Caderno de normas e procedimentos internos**. Fortaleza, 2013.

TURISOL - REDE BRASILEIRA DE TURISMO SOLIDÁRIO E COMUNITÁRIO. **Relatório do Encontro de 2010**. Brasil, 2010. Disponível em: <http://www.turisol.org.br>.

TURISOL - REDE BRASILEIRA DE TURISMO SOLIDÁRIO E COMUNITÁRIO. **Relatório do Encontro de 2015**. Brasil, 2015. Disponível em: <https://issuu.com/raizesds/docs/turisol_2015>. Acesso em 08/05/2017.

UBÁ, P. **Cardápio turístico Ponta do Ubá**. Paranaguá, 2014. Disponível em: <https://redecaicara.files.wordpress.com/2017/03/cardc3a1pio_pontadouba_20171.pdf>. Acesso em: 26/11/2017.

VALADARES, I. **Cardápio turístico Ilha dos Valadares**. Paranaguá, 2014. Disponível em: <https://redecaicara.files.wordpress.com/2017/03/cardc3a1pio_valadares_20171.pdf>. Acesso em: 26/11/2017.

**APÊNDICE 1 – FORMULÁRIO MEIOS DE ACESSO AO MUNICÍPIO E ÀS
COMUNIDADES**

Local _____

Rodovias de acesso

Terminal rodoviário _____

Distância do local _____

Terminal aeroviário _____

Distância do local _____

Terminal aquaviário _____

Distância do local _____

Complemento (valores, horários, serviços opcionais)

APÊNDICE 2 – FORMULÁRIO ATRATIVOS TURÍSTICOS MATERIAIS**Local** _____**Nome do atrativo** _____**Categoria do atrativo**

Natural ()

Histórico ()

Artificial ()

Tipo do atrativo*Natural*

() Cachoeira () Praia

() Lago/rio () Pico

() U.C () Outro _____

Histórico

() Centro Cultural () Museu

() Prédio/casa () Sítio arqueológico

() Igreja () Outro _____

Artificial

() Mirante () Aquário () Outro _____

() Praça () Centro de pesca

() Trapiche () Ostricultura

Dias e horário de funcionamento _____**Sinalização** () Sim () Não () Conservada () Deteriorada**Acesso** () Fácil () Difícil () Conservado () Deteriorado

() Pavimentado () Não pavimentado

Capacidade _____**Descrição**

APÊNDICE 3 – FORMULÁRIO ATRATIVOS TURÍSTICOS IMATERIAIS

Local _____

Nome do atrativo _____

Categoria do atrativo

Artes () Manifestações populares () Rituais religiosos ()

Tipo do atrativo

Artes

() Arquitetura () Música

() Dança () Pintura

() Escultura () Outro _____

Manifestações populares

() Artesanato () Figura regional

() Culinária () Costumes

() Festas () Outro _____

Rituais religiosos

() Católico () Outro _____

() Evangélico

() Espírita

Descrição

APÊNDICE 4 – FORMULÁRIO EVENTOS PROGRAMADOS

Local _____ **Nome do evento** _____

Data __/__/____ **Estimativa** _____

Categoria do evento

Artístico () Cívico () Convenção () Esportivo () Exposição ()
Popular ()

Tipo do evento

Artístico

() Apresentação () Festival
() Exposição () Outro _____

Cívico

() Data comemorativa
() Outro _____

Convenção

() Congresso () Fórum
() Simpósio () Outro _____

Esportivo

() Campeonato () Circuito
() Rodeio () Outro _____

Exposição

() Agropecuária () Comercial
() Tecnológica () Outro _____

Popular

() Festa e ritual religioso
() Outro _____

Frequência () Semestral () Anual () Bienal

Âmbito () Internacional () Nacional () Regional () Estadual () Municipal

Aberto ao público () Sim () Não **Valor** _____

Descrição

APÊNDICE 5 – FORMULÁRIO DE MEIOS DE HOSPEDAGEM

Local _____ **Nome fantasia** _____

Tipo de hospedagem

- () Camping () Pousada familiar
 () Hospedagem domiciliar () Outro _____

Tipo de acomodação

- () Quarto () Outro _____
 () Suíte

Número de leitos _____

Tipo de diária

- | | |
|----------------------------------|--------------------------------|
| () Café da manhã | Valor (+ taxa se houver) _____ |
| () Café da manhã + 01 refeição | Valor (+ taxa se houver) _____ |
| () Café da manhã + 02 refeições | Valor (+ taxa se houver) _____ |

Infraestrutura (*ambientes, equipamentos e serviços disponíveis para uso*)

Acesso () Fácil () Difícil () Conservado () Deteriorado
 () Pavimentado () Não pavimentado

Formas de pagamento _____

Complemento (próximo de atrativos, compras, etc?)

APÊNDICE 6 – FORMULÁRIO DE ALIMENTAÇÃO

Nome fantasia _____ **Razão Social** _____

Endereço _____

CNPJ _____ **Inscrição estadual** _____

Dia e horário de funcionamento _____

Capacidade _____

Tipo de estabelecimento

- () Adegas () Bar / Lanchonete / Fast Food
() Cachaçaria () Café / Casa de Chá / Confeitaria / Padaria
() Casa de Sucos / Sorveteria () Cervejaria / Chopperia
() Restaurante - Especialidade _____

Infraestrutura (*serviços e equipamentos: ar condicionado, estacionamento*)

Acesso () Fácil () Difícil () Conservado () Deteriorado
() Pavimentado () Não pavimentado

Formas de pagamento _____

Complemento (características do local, delivery, etc)

APÊNDICE 7 – FORMULÁRIO DE ENTRETENIMENTO**Nome fantasia** _____ **Razão Social** _____**Endereço** _____**CNPJ** _____ **Inscrição estadual** _____**Dia e horário de funcionamento** _____**Capacidade** _____**Tipo de estabelecimento**

- () Boate / Danceteria / Discoteca - Especialidade _____
() Casa de Jogos () Clube Social
() Casa de Shows / Espetáculos () Teatro
() Cinema () Outro _____

Infraestrutura (*serviços e equipamentos: ar condicionado, estacionamento*)

Acesso () Fácil () Difícil () Conservado () Deteriorado
() Pavimentado () Não pavimentado

Formas de pagamento _____**Complemento** (características do local, informações relevantes)

APÊNDICE 8 – FORMULÁRIO DE SERVIÇOS EQUIPAMENTOS DE LAZER

Local _____

Espaços livres e áreas verdes

() *Praças*

1 _____

2 _____

3 _____

() *Mirantes*

1 _____

2 _____

() *Outro*

1 _____

2 _____

Instalações náuticas

() *Instalações náuticas*

1 _____

2 _____

3 _____

() *Marina*

1 _____

2 _____

() *Outro*

1 _____

2 _____

Equipamentos

() *Cadeiras de praia e guarda-sol*

Quantidade _____

Valor de locação _____

() *Caiaque*

Quantidade _____ Valor de locação _____

() *Bicicleta*

Quantidade _____ Valor de locação _____

() *Canoas*

Quantidade _____ Valor de locação _____

() *Itens de segurança*

1 _____ Quantidade _____ Valor de locação _____

2 _____ Quantidade _____ Valor de locação _____

() *Outros*

Quantidade _____ Valor de locação _____

ANEXO I – Tarifário e descritivo das atividades oferecidas nas comunidades

Tarifário e descritivo das atividades oferecidas nas comunidades



Comunidade	Atividades			Observações		
Eufrasina	Pacote final de semana: deslocamento em embarcação de pescador (com todos equipamentos de segurança), atividades conforme cardápio, refeições e hospedagem em pousada simples inclusas. R\$ 200,00		Pacote diário: deslocamento em embarcação de pescador (com todos equipamentos de segurança), duas atividades conforme cardápio e disponibilidade de tempo e almoço inclusos. R\$ 80,00	Sem número mínimo de pessoas;		
Ilha dos Valadares	Pacote final de semana: Inclui atividades de ciclismo, caiaque e visita a uma comunidade pesqueira, dois almoços e um jantar, passeio de barco na Baía de Paranaguá. R\$ 200,00	Passeio ciclístico cultural: Passeio ciclístico na Ilha dos Valadares com visita na Associação Cultural Mandicuera – tem duração de aproximadamente 3 horas e 30 minutos, inclui condutor, bicicleta e equipamento de segurança. R\$ 40,00	Passeio de caiaque: passeios de caiaque no Mar de Lá, inclui condutor, caiaques e equipamento de segurança. R\$ 30,00.	Pacote cultural: A mistura do passeio ciclístico com a prática do caiaque, inclui visita a Associação Cultural Mandicuera, todo equipamento necessário e uma refeição. R\$ 90,00.	Pacote caíçara: pacote de quatro dias, incluindo transporte náutico, atividades em todas as comunidades da rede, refeições e hospedagem. R\$ 500,00	Sem número mínimo de pessoas;
Piaçaguera	Pacote final de semana: deslocamento em embarcação de pescador (com todos equipamentos de segurança), atividades conforme cardápio, refeições e hospedagem em casa alugada inclusas. R\$ 200,00.		Pacote diário: deslocamento em embarcação de pescador (com todos equipamentos de segurança), duas atividades conforme cardápio e disponibilidade de tempo e almoço inclusos. R\$ 80,00	Mínimo de 10 visitantes.		
Ponta do Ubá	Final de semana (camping): deslocamento em embarcação de pescador (com todos equipamentos de segurança), atividades conforme cardápio, refeições e camping inclusos. R\$ 200,00.	Final de semana (casa): deslocamento em embarcação de pescador (com todos equipamentos de segurança), atividades conforme cardápio, refeições e casa alugada inclusas. R\$ 230,00.	Pacote diário: deslocamento em embarcação de pescador (com todos equipamentos de segurança), duas atividades conforme cardápio e disponibilidade de tempo e almoço inclusos. R\$ 100,00.	Mínimo 4 visitantes		
São Miguel	Pacote final de semana: deslocamento em embarcação de pescador (com todos equipamentos de segurança), atividades conforme cardápio, refeições e hospedagem familiar inclusas. R\$ 200,00.		Pacote diário: deslocamento em embarcação de pescador (com todos equipamentos de segurança), duas atividades conforme cardápio e disponibilidade de tempo e almoço inclusos. R\$ 100,00.	Mínimo 4 visitantes		

Todas as atividades devem ser agendadas com antecedência.